

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 064/2022
Data: 20/05/2022**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
MAU TEMPO INTERROMPE NAVEGAÇÃO POR 20 HORAS NO PORTO DE SANTOS E AFETA 23 NAVIOS	4
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	5
ANTAQ APROVA CONTRIBUIÇÕES DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE CONCESSÃO DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO (SP)	5
ANTAQ EMITE SEIS NOTIFICAÇÕES DURANTE FISCALIZAÇÃO NO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO (SP).....	5
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF	7
ABERTA LICITAÇÃO PARA MODERNIZAÇÃO DO AEROPORTO DE DOURADOS (MS)	7
ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO TEM TRECHO RECUPERADOS E NOVAS PASSAGENS INFERIORES	7
GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF	8
GOVERNO FEDERAL EDITA DECRETO QUE CRIA MERCADO REGULADO BRASILEIRO DE CARBONO	8
ME E MDR APRESENTAM MAIS UMA SALA 360° DE COWORKING EM BRASÍLIA.....	9
MINISTÉRIO DA ECONOMIA TRAZ MAIS TRANSPARÊNCIA AO REPASSE DE RECURSOS À CULTURA	10
PAULO GUEDES DESTACA PAPEL DO BRASIL NO CENÁRIO DA ECONOMIA GLOBAL PÓS-PANDEMIA	10
BE NEWS – BRASIL EXPORT	12
EDITORIAL - FISCALIZAÇÃO ESSENCIAL	12
NACIONAL - HUB – CURTAS	12
HIDROGÊNIO VERDE 1	12
HIDROGÊNIO VERDE 2	12
GÁS NATURAL 1.....	12
GÁS NATURAL 2.....	13
NACIONAL - SIMULADOR VAI AGILIZAR DECISÕES DE AUTORIDADES PORTUÁRIAS, DIZ PRATICAGEM DO BRASIL.....	13
BRUNO WESN EFETIVADO NO PROGRAMA DE PARCERIAS.....	14
NACIONAL - BOM MOMENTO DAS EXPORTAÇÕES ELEVA CONFIANÇA DO AGRONEGÓCIO, APONTA FIESP	14
NACIONAL - PORTOS DA REGIÃO SUL VOLTAM A OPERAR APÓS PASSAGEM DE CICLONE	16
NACIONAL - PORTO DO RECIFE INICIA MONITORAMENTO DE FUMAÇA PRETA EM CAMINHÕES	16
REGIÃO SUDESTE - ITAGUAÍ GANHARÁ NOVO TERMINAL DE MINÉRIO DE FERRO	18
OPINIÃO – ECONOMIA - A INTERMODALIDADE NO PORTO DE AVEIRO: RUMO AO FUTURO	19
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	21
FILA DE NAVIOS DO CANAL DO PANAMÁ REFLETE GARGALO GLOBAL	21
NOVA BACIA DE EVOLUÇÃO REGISTRA MARCA DE 900 GIROS NO COMPLEXO PORTUÁRIO DE ITAJAÍ E NAVEGANTES	22
REUNIÃO PARA DISCUTIR ICMS DO DIESEL TERMINA SEM ACORDO.....	24
COMISSÃO REJEITA PROJETO QUE PROÍBE NAVIO ESTRANGEIRO DE TRANSPORTE DE GÁS DE OPERAR FORA DO AFRETAMENTO	25
PORTO DE ITAGUAÍ TERÁ NOVO TERMINAL DE MINÉRIO DE FERRO	26
PORTOS DO PARANÁ DEVEM RECEBER CERCA DE R\$ 2,3 BILHÕES EM INVESTIMENTOS NOS PRÓXIMOS ANOS	27
NAVAL PORTO ESTALEIRO	29
CADE APROVA JOINT VENTURE ENTRE COPERSUCAR E VIBRA ENERGIA PARA A COMERCIALIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS COM FOCO NA EXPORTAÇÃO DE ETANOL NO BRASIL	29
JORNAL O GLOBO – RJ	30
SHELL VAI PRODUZIR HIDROGÊNIO VERDE NO PORTO DO AÇU, NO NORTE FLUMINENSE	30
EMPRESA DE MUSK NÃO CONSEGUE FAZER MONITORAMENTO AMBIENTAL, DIZEM ESPECIALISTAS	31
LIRA ARTICULA REGRA DE ICMS QUE TIRA ATÉ R\$ 100 BILHÕES DOS ESTADOS	34
BOLSONARO DIZ QUE INFLAÇÃO É QUESTÃO MUNDIAL EM ENCONTRO COM EMPRESÁRIOS NO RIO	36
SEM CONCORRENTES, ECORODOVIAS VENCE LEILÃO DE CONCESSÃO DAS RODOVIAS DO SISTEMA RIO/ VALADARES	37
GOVERNO BOLSONARO ANUNCIA PARCERIA COM EMPRESA DE MUSK, MAS NÃO APRESENTA CONTRATOS.....	39
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	40
A PRIVATIZAÇÃO DE UMA ESTATAL PRECISA IR ALÉM DA GERAÇÃO DE RECURSOS DE CURTO PRAZO	40
ENTENDA O QUE É O PROJETO QUE ENVOLVE SATÉLITES DE ELON MUSK OPERANDO NO BRASIL.....	41
PROJETO DE ICMS PODE TIRAR R\$ 70 BI DE ESTADOS E MUNICÍPIOS, DIZ ESTUDO.....	43
PANDEMIA E GUERRA NA UCRÂNIA ADIAM O FIM DA ‘ERA DO PETRÓLEO’	44



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 064/2022
Página 3 de 58
Data: 20/05/2022
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

VALOR ECONÔMICO (SP).....	47
CONEXÃO POR SATÉLITE É INFERIOR À FIBRA E SÓ VALE PARA ÁREAS REMOTAS, DIZ ASSOCIAÇÃO DE PROVEDORES.....	47
BRASIL PRECISA REDUZIR DEPENDÊNCIA DO DIESEL, DIZ PRESIDENTE DA RAÍZEN	48
EXECUTIVOS SENIORES DEIXAM GIGANTE DE PETRÓLEO RUSSA ROSNEFT.....	49
SHELL PRODUIRÁ HIDROGÊNIO VERDE NO PORTO DO AÇU.....	50
G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO	51
DESESTATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS.....	51
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	52
ÁREA NA OSX BRASIL TERÁ BASES PARA TRATAMENTO DE RESÍDUOS E LOGÍSTICA OFFSHORE.....	52
FORNECEDORES BUSCAM OPORTUNIDADES PARA MÓDULOS, SUBMARINOS E OUTROS SEGMENTOS	53
PECÉM ADERE A COMPROMISSO DO PORTO DE ROTERDÃ PARA ENTREGA DE HIDROGÊNIO VERDE	54
WÄRTSILÄ CONCLUI ENTREGA DE 15 SISTEMAS DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL GLP.....	55
PORTO DO RECIFE INICIA MONITORAMENTO DO NÍVEL DE FUMAÇA PRETA EM CAMINHÕES	55
PORTOS DO PARANÁ DEVEM RECEBER CERCA DE R\$ 2,3 BILHÕES EM INVESTIMENTOS NOS PRÓXIMOS DOIS ANOS	56
PORTO DE ITAGUAÍ TERÁ NOVO TERMINAL DE MINÉRIO DE FERRO	57
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	58
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	58



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

MAU TEMPO INTERROMPE NAVEGAÇÃO POR 20 HORAS NO PORTO DE SANTOS E AFETA 23 NAVIOS

Santos Port Authority afirma que as operações em terra não sofreram impactos

Por: Ágata Luz



Volta das atividades aconteceu devido à melhora das condições climáticas nesta quinta-feira (19) Foto: Rodrigo Nardelli/TV Tribuna

O Porto de Santos, maior complexo portuário do País, ficou com sua navegação paralisada por aproximadamente 20 horas, entre quarta (18) e quinta-feira (19), devido às condições climáticas que colocavam em risco a navegação. A interrupção refletiu em 23 reagendamentos de programações de navios - 13 saídas e 10 entradas.

De acordo com a Santos Port Authority (SPA), estatal que administra o complexo portuário santista, as operações em terra não sofreram impactos por conta da suspensão da navegação no Canal do Estuário, que aconteceu entre 13h55 de quarta-feira e 9h50 desta quinta.

A Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP) informou que a volta das atividades aconteceu devido à melhora das condições climáticas no fim desta manhã, com redução da intensidade do vento para 5,5 km/h, das rajadas para 33 km/h e das ondas para 2,6m.

No entanto, a CPSP reforça a necessidade de que a comunidade náutica siga alerta quanto às condições meteorológicas adversas previstas em decorrência da tempestade subtropical Yakecan. A recomendação é que a ida ao mar seja evitada. Se ela for inevitável, que as medidas de segurança reforçadas. A Marinha ainda ressalta que atende emergências pelo telefone 185.

O diretor-executivo do Sindicato das Agências de Navegação Marítima de São Paulo (Sindamar), José Roque, explica que a paralisação na entrada e saída de navios é essencial em certas condições climáticas. "Além de resguardar a segurança da navegação e tripulação, esse procedimento visa evitar algum acidente que poderá até impedir a movimentação dos navios no canal de entrada".

Ele também detalha que a interrupção causa reflexos importantes no setor portuário, pois atinge a programação de escalas das embarcações em outros portos, atrasando as operações de navios. Dessa forma, Roque ressalta que os fenômenos da natureza acabam se tornando mais uma preocupação na logística global de transportes marítimos.

"Os navios já estão sendo atingidos em suas programações desde o surgimento do coronavírus e, atualmente, com o fechamento do Porto de Xangai, na China, além da guerra entre a Rússia e Ucrânia".

De acordo com ele, esses fatores contribuem para que novas programações sejam feitas na tentativa de minimizar impactos operacionais e manter o compromisso dos clientes no transporte de mercadorias. Diante desse cenário, aponta Roque, alguns armadores já estão reduzindo o número de escalas em Santos.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 20/05/2022



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ APROVA CONTRIBUIÇÕES DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE CONCESSÃO DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO (SP)

Futuro concessionário assinará contrato de 25 anos. Investimentos ultrapassam R\$ 3 milhões



Porto São Sebastião.jpg

A ANTAQ aprovou a análise das contribuições relativas ao aprimoramento da documentação para o processo licitatório da concessão do Porto de São Sebastião (SP). Ao todo, a Agência recebeu 239 contribuições. Os documentos aprovados serão encaminhados ao Ministério da Infraestrutura, que dará continuidade ao processo de desestatização.

Para saber mais, acesse: Audiência Pública nº 20/2021 →

[https://web3.antaq.gov.br/Sistemas/LeilaoInternetV2/P](https://web3.antaq.gov.br/Sistemas/LeilaoInternetV2/PaginaPrincipal.aspx)

[aginaPrincipal.aspx](https://web3.antaq.gov.br/Sistemas/LeilaoInternetV2/PaginaPrincipal.aspx)

O futuro concessionário assinará contrato de 25 anos, que poderá ser prorrogado uma única vez por até cinco anos. O valor estimado do contrato de concessão alcançará R\$ 237,4 milhões. Os investimentos estimados serão de R\$ 3,263 milhões. Espera-se o total de cerca de 56 milhões de toneladas movimentadas em 2060, o que representa crescimento médio anual de 0,3% ao ano.

O valor de outorga mínimo proposto será de R\$ 33,3 milhões e deverá ser pago em parcela única. O critério de licitação escolhido foi o de maior valor outorga, com realização de leilão na modalidade presencial.

Além disso, o novo concessionário deverá pagar anualmente à ANTAQ a Verba de Fiscalização, no valor de R\$ 446,5 mil, durante toda a vigência do contrato. Esse valor será dividido em 12 parcelas mensais.

Atualmente, o porto é administrado pela Companhia Docas de São Sebastião (CDSS), e pelo Terminal de Uso Privado (TUP) da Transpetro, denominado Terminal Aquaviário de São Sebastião, e possui uma área total de 32,60 km².

A concessão do Porto de São Sebastião, de acordo com a política pública do governo federal, trará ganhos de produtividade quanto à gestão, à eficiência e à celeridade nas compras e contratações necessárias às operações portuária.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 20/05/2022

ANTAQ EMITE SEIS NOTIFICAÇÕES DURANTE FISCALIZAÇÃO NO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO (SP)

Operação Porto Limpo aconteceu entre os dias 16 e 19 de maio e contou com a participação de outros órgãos públicos



Reunião da Operação Porto Limpo: ação conjunta de fiscalização

A ANTAQ emitiu seis notificações de correção de irregularidade durante a Operação Porto Limpo, realizada entre os dias 16 e 19 de maio, no Porto de São Sebastião (SP). Com foco nas instalações que movimentam granéis, a Agência fiscalizou o porto público e um terminal de uso privado. Foram

também fiscalizados a autoridade portuária e operadores portuários do porto público, além das condições de higiene e limpeza dos caminhões que circularam nas vias públicas na área portuária.

O fiscal da ANTAQ, Daniel Santos, lotado na Unidade Regional de São Paulo (URESP) e que participou da operação, explicou que houve seis notificações, mas com treze atos infracionais. “Houve notificação com mais de um ato infracional encontrado”, afirmou.

Entre as infrações encontradas estão: não assegurar condições mínimas de higiene e limpeza nas áreas e instalações; e deixar de assegurar a atualidade na execução do serviço portuário. De acordo com as normas da ANTAQ, o ente que foi notificado precisará regularizar aspectos relacionados à higiene e à limpeza apontados pelos fiscais da autarquia dentro do prazo estabelecido.

A Operação Porto Limpo teve como objetivo aferir as condições de higiene e limpeza das operações portuárias e verificar o cumprimento das melhores práticas no controle da proliferação de fauna sinantrópica (composta por espécies de animais que interagem de forma negativa com a população humana). Participaram da ação a Companhia Docas de São Sebastião (CDSS), a Prefeitura de São Sebastião, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Marinha do Brasil, entre outros órgãos.

Vale ressaltar a participação, nas reuniões preparatórias da operação conjunta, da sociedade civil, sobretudo no compartilhamento de informações pertinentes à temática da higiene e da limpeza. Os agentes de fiscalização da ANTAQ ouviram relatos e experiências de representantes da comunidade que vivem na baía do Araçá, área que é diretamente impactada pelas operações do porto público.

Santos

A Operação Porto Limpo também ocorreu no Porto de Santos (SP). Entre os dias 25 e 29 de abril, a Agência fiscalizou 14 terminais de granéis sólidos, além de operadores, terminais de uso privado (TUPs), a autoridade portuária e caminhões que circularam em vias públicas na área do complexo portuário. Como resultado da operação, a Agência emitiu 28 notificações e nove autuações com base no Código Nacional de Trânsito pela Guarda Portuária.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 20/05/2022



Ministério da Infraestrutura

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

ABERTA LICITAÇÃO PARA MODERNIZAÇÃO DO AEROPORTO DE DOURADOS (MS)

Certame tem valor de R\$ 505 mil, a serem custeados integralmente pelo Governo Federal, com recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil

Após autorização do Governo Federal, o governo do Mato Grosso do Sul abriu o processo licitatório para contratação das obras no aeroporto de Dourados (MS). A licitação contempla, nesta primeira etapa, a elaboração de projeto executivo de arquitetura e complementares para a construção das edificações do aeródromo, como o novo terminal de passageiros.

O tipo da concorrência é por menor preço. A abertura das propostas está agendada para 6 de junho. A licitação tem valor estimado de R\$ 505 mil, a serem integralmente custeados com recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac). Trata-se de investimento estratégico do Governo Federal para desenvolver a aviação regional e impulsionar a economia da região. Dourados é a cidade mais populosa cidade do interior do estado, está próxima da fronteira do Brasil com o Paraguai e é passagem obrigatória dos turistas em direção a Bonito e ao Pantanal.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 20/05/2022

ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO TEM TRECHO RECUPERADOS E NOVAS PASSAGENS INFERIORES

Investimento do Governo Federal permitiu a conclusão de obras importante eixo turístico da capital fluminense e região dos Lagos

Cerca de 3,7 milhões de habitantes da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, vão experimentar um trânsito mais confortável e seguro a partir desta quinta-feira (19) com a entrega de novas passagens inferiores e um trecho recuperado da BR-493/RJ. O Arco Metropolitano é importante via ligação turística para a capital fluminense e a região dos Lagos e estratégico comercialmente por fazer ligação com polos industriais.

Com investimentos na ordem de R\$ 27,6 milhões, o empreendimento contempla a entrega três passagens inferiores, serviços de intervenção do pavimento e recapeamento da via principal, conclusão de trechos duplicados ao longo da BR-493/RJ, além dos serviços de sinalização.

A região abrange 13 municípios e possui 3,7 milhões de habitantes. Ao retomar as obras, que estavam paradas desde 2018, as equipes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) priorizaram a eliminação de pontos críticos, que foram divididos em dois lotes e entregues nesta quinta-feira.

"Antes, o Arco Metropolitano era um verdadeiro monumento ao descaso e à corrupção. As obras que entregamos hoje representam o esforço de um governo sério, que busca prover a infraestrutura de transportes para todo o país", disse o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, durante a cerimônia que marcou a entrega das intervenções na BR-493/RJ, em Itaboraí (RJ).

Mais investimentos

Nesta sexta-feira (20), ocorre o leilão de concessão do sistema rodoviário Rio-Valadares (BR-116/493/465/RJ/MG) que liga a cidade do Rio de Janeiro (RJ) a Governador Valadares (MG). Com



previsão de R\$ 11,3 bilhões em investimentos privados, as obras estruturais vão melhorar os serviços e trazer mais segurança viária aos usuários.

O Arco Metropolitano foi incluído no projeto de concessão no ano passado, já que as obras da BR-493/RJ estavam suspensas desde 2018. Passam pelo local cerca de 18 mil veículos diariamente.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 20/05/2022



Ministério da Economia

GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF

GOVERNO FEDERAL EDITA DECRETO QUE CRIA MERCADO REGULADO BRASILEIRO DE CARBONO

O regramento, aguardado desde 2009, traz elementos inéditos, como os conceitos de crédito de carbono e crédito de metano

O governo federal publicou nesta quinta-feira (19/5) o Decreto nº 11.075, de 19 de maio de 2022, que estabelece os procedimentos para a elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação das Mudanças Climáticas e institui o Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa. Em outras palavras, a medida cria o mais moderno e inovador mercado regulado de carbono, com foco em exportação de créditos, especialmente para países e empresas que precisam compensar emissões para cumprir com seus compromissos de neutralidade de carbono.

O regramento, aguardado desde 2009, traz elementos inéditos, como os conceitos de crédito de carbono e crédito de metano, unidades de estoque de carbono e o sistema de registro nacional de emissões e reduções de emissões e de transações de créditos. Prevê, ainda, a possibilidade adicional de registro de pegada de carbono dos produtos, processos e atividades, carbono de vegetação nativa e o carbono no solo, contemplando os produtores rurais e os mais de 280 milhões de hectares de floresta nativa protegidos, além do carbono azul, presente em s áreas marinha, costeira e fluvial relacionada, incluindo mangues.

O ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, afirma que todas essas inovações representam enormes avanços na viabilização de instrumentos econômicos e financeiros que possibilitam o reconhecimento e a monetização dos atributos e ativos ambientais. “Uma verdadeira revolução para um país com as características do Brasil, o que pode levar o país a ser um grande exportador de créditos dadas às diversas origens de carbono existentes aqui, como floresta nativa e matriz energética altamente limpa e renovável”, disse. Leite pontuou ainda que “nasce hoje o mercado de carbono nacional, mas sua maturidade virá com a aprovação do Projeto de Lei, amplamente debatido com a sociedade no Congresso Nacional e com apoio do governo federal”.

Para o ministro da Economia, Paulo Guedes, “a coisa mais interessante que está acontecendo lá fora é a consciência de que o Brasil é uma potência verde, energética e alimentar”, ao defender que a solução brasileira para o meio ambiente passa pela responsabilidade geopolítica. “Antes deste governo, as soluções para os problemas ambientais eram baseadas em dois pilares: taxas para quem poluir e estímulo à inovação para quem usar tecnologia de descarbonização. Nosso governo está criando um terceiro pilar de solução ambiental: remunerar a preservação de recursos naturais. Isso é chave importantíssima”, concluiu o ministro.

Outro importante fator do mercado regulado estabelecido é a possibilidade de geração de receita extraordinária para projetos que fomentem a economia verde, ao mesmo tempo que permite o desenvolvimento de regiões ainda não industrializadas – ou seja, não gera Custo Brasil. A



iniciativa está alinhada com a expectativa da regulamentação do futuro mercado global de carbono, previsto no Artigo 6 do Acordo do Clima.

As medidas contidas no decreto são plurais e beneficiam o meio ambiente, a população e diversos setores da economia, como energia, óleo e gás, resíduos, transporte, logística, infraestrutura, agronegócio, siderurgia e cimento, entre tantos outros. Isso porque possibilita o impulsionamento da economia, ao mesmo tempo em que se preocupa com a redução das emissões e com os compromissos firmados durante a COP26, realizada em 2021, na Escócia.

A secretária especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec/ME), Daniella Marques, destaca que, com este decreto, está sendo criado um mercado. "O Brasil é uma potência de crédito de carbono e será um dos maiores geradores e exportadores de crédito de carbono do mundo, conciliando preservação com monetização de ativos e criando uma agenda sustentável dentro do ciclo produtivo".

O secretário-adjunto de Clima e Relações Internacionais do Ministério do Meio Ambiente, Marcelo Donini Freire, finalizou: "Estamos hoje celebrando o nascimento do mercado regulado de carbono brasileiro. Regulamentação prevista em lei e aguardada há mais de 12 anos e que este governo teve a coragem e competência de encarar e fazer. É muito gratificante poder trabalhar em uma gestão que nos permite fazer o trabalho baseado em critérios técnicos e avançar nas pautas importantes para o meio ambiente, para a economia e para o país".

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 20/05/2022

ME E MDR APRESENTAM MAIS UMA SALA 360º DE COWORKING EM BRASÍLIA

Novo espaço, localizado na Asa Norte, é o quarto ambiente de trabalho compartilhado para uso de servidores públicos federais

Servidores públicos federais contam com mais um espaço de coworking em Brasília. Inaugurada nesta quinta-feira (19/5), a nova sala 360º – localizada em Brasília (DF), na Asa Norte – é fruto de uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). A iniciativa faz parte do acordo do Ministério da Economia (ME) com outros cinco órgãos visando oferecer ambientes dotados de infraestrutura adequada para o desempenho do trabalho de servidores públicos federais em todo o país.

A nova sala de coworking contém oito estações de trabalho com computadores, mesa de reunião para uso de notebook, sala para pequenas reuniões (Sala Cápsula), wi-fi, impressora, máquina de café, bebedouro, acesso aos sanitários e copa. O espaço pode ser utilizado por qualquer servidor, principalmente, aqueles que fazem parte do Programa de Gestão de Desenvolvimento (PGD). O ambiente também atende aos servidores em viagem de trabalho e que necessitam de um local para realizar suas atividades.

O projeto foi idealizado pela Secretaria de Gestão (Seges), da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do ME, em parceria com outros órgãos federais, que oferecem o espaço e toda a infraestrutura necessária para o funcionamento do coworking. Além do MDR, também participam do acordo a Controladoria-Geral da União (CGU), a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Escola Nacional da Administração Pública (Enap). Já inauguraram a Sala 360º, em Brasília, a Enap, o ICMBio e o Ministério da Economia. A expectativa do ME é levar a iniciativa também para as outras capitais do país.

Saiba mais sobre o funcionamento das Salas 360º. <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/transformaov/sala360o>

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 20/05/2022

MINISTÉRIO DA ECONOMIA TRAZ MAIS TRANSPARÊNCIA AO REPASSE DE RECURSOS À CULTURA

Operacionalização do Termo de Compromisso Cultural passa a ser realizada na Plataforma +Brasil, simplificando as transferências da União para estados e municípios

As transferências de recursos da União para as atividades culturais de estados e municípios já podem ser acompanhadas de forma mais transparente pelo governo e pela sociedade. Isso porque a Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (Seges/ME) colocou à disposição na Plataforma +Brasil, a partir desta quinta-feira (19/5), o Termo de Compromisso Cultural (TCC), instrumento que formaliza a parceria para o repasse de recursos. O objetivo é simplificar e garantir maior eficiência ao processo.

O Termo de Compromisso viabiliza a parceria para o apoio financeiro entre a União, os estados, o Distrito Federal e municípios, e as entidades culturais integrantes do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, coordenado pela Secretaria Especial de Cultura/MTur, no âmbito da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV). A oferta do Termo na Plataforma +Brasil também permitirá, em um só lugar, a realização de processos seletivos, atos preparatórios e acompanhamento e execução de projetos culturais.

A unificação e simplificação do processo facilita o acompanhamento dos resultados obtidos com a parceria por todos os interessados e pela sociedade de maneira geral. “A iniciativa permitirá o aumento da rastreabilidade, da integridade e da transparência no uso dos recursos públicos aplicados. Conseguimos, desta maneira, aperfeiçoar a forma de prestação de contas à sociedade”, afirma o secretário de Gestão do Ministério da Economia, Caio Castelliano.

Plataforma + Brasil

A Plataforma +Brasil, instituída por meio do Decreto nº 10.035/2019, é uma solução tecnológica integrada e centralizada, com dados abertos, destinada à operacionalização das transferências de recursos oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, que podem ser consultadas por qualquer cidadão.

Atualmente, a Plataforma +Brasil operacionaliza 16 modalidades de transferências de recursos, além de convênios e contratos de repasse. Termos de parceria, de fomento, de colaboração e de compromisso também são operacionalizados pela solução digital. O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o Fundo Nacional da Cultura e o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) já foram inseridos na plataforma. A meta é a inclusão de mais 31 tipos de transferências até 2023.

Saiba mais sobre a internalização do TCC à Plataforma +Brasil.
<https://www.youtube.com/watch?v=bhaj7S70WmU&feature=youtu.be>

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 20/05/2022*

PAULO GUEDES DESTACA PAPEL DO BRASIL NO CENÁRIO DA ECONOMIA GLOBAL PÓS-PANDEMIA

Ministro afirma que potencial de contribuição do país para segurança alimentar e energética já é reconhecido internacionalmente

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que a reconfiguração das cadeias produtivas globais tem um papel de alta relevância no futuro do Brasil. O país apresenta grande potencial para a garantia da segurança alimentar e energética do planeta. As declarações foram feitas, nesta quinta-feira (19/5), durante o evento da Arko Advice São Paulo.

De acordo com Guedes, o momento é decisivo e o Brasil conta com um enorme respeito internacional. “Com a ruptura das cadeias produtivas, o mundo deu uma desorganizada”, afirmou, referindo-se às consequências da crise provocada pela pandemia da Covid-19. “Quando a economia global começou a se recuperar, vem a guerra na Ucrânia. A crise ficou mais aguda. Agora é geopolítica. Aprofundou a ruptura das cadeias produtivas, que não serão reconstruídas sobre os mesmos eixos”, analisou.

Abordando, respectivamente, os conceitos do “nearshore” e do “friend-shoring”, o ministro frisou que o Brasil “é o parceiro que está próximo e o parceiro confiável”. Segundo ele, o país tem uma democracia testada, uma economia de mercado e uma proximidade da Europa e dos Estados Unidos que favorece uma logística eficaz e dá condições ao país de proporcionar segurança alimentar e energética dos parceiros.

Para Guedes, o mundo “está redescobrimo o Brasil”. O ministro salientou a capacidade do país de colaborar para a superação dos principais desafios globais e pontuou a questão ambiental: “Somos uma potência verde. Temos a matriz energética mais limpa do mundo. Estamos ajudando a construir a solução verde para o mundo”.

Perspectivas da economia brasileira

Realizado pela empresa de inteligência política Arko Advice e pela plataforma de investidores Traders Club (TC), o evento tratou das perspectivas da economia brasileira. “Nosso plano é claro: é o caminho da prosperidade. É o caminho da democracia liberal e da abertura econômica”, frisou Guedes. “Não perdemos o ritmo nem durante a Covid. Há um movimento orgânico de crescimento. Temos um pipeline de R\$ 830 bilhões”, informou, em relação aos investimentos já contratados em diferentes setores.

“Quando entramos havia excesso de gastos”, lembrou Guedes, referindo-se à situação verificada no início do governo. “Fizemos a reforma da Previdência. Então, veio a Covid. Fizemos o Auxílio Emergencial e o Benefício Emergencial (BEm). O Brasil preservou vidas, vacinou. Tivemos um retorno seguro ao trabalho. Protegemos 11 milhões de empregos. Criamos outros 12,7 milhões. Travamos os gastos. Fizemos as reformas. O Brasil está seguindo seu plano”, complementou.

O ministro da Economia reiterou, por fim, que o objetivo do governo é diminuir impostos e, nesse sentido, mencionou a redução de 35% do Imposto sobre Produtos Industrializados. “O IPI desindustrializou o país. A indústria não venceu o estatismo. Descobrimos 38 milhões de invisíveis durante a pandemia. O que é isso? Encargos sociais, essa bomba de destruição em massa de empregos”, declarou, observando que esse é um dos pontos que serão atacados pelo governo.



<https://youtu.be/h9HVeegOaf8>



BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL - FISCALIZAÇÃO ESSENCIAL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

Os portos desempenham um papel estratégico nas políticas públicas ambientais. Inicialmente, por reunirem os vários meios de transporte. São nos complexos marítimos onde chegam a linha férrea (ou seus ramais), a rodovia, a dutovia e a via de navegação. Também é onde os vários veículos se concentram, quer sejam navios, barcaças, trens, caminhões ou carros.

Nesse sendo, os portos se tornam locais estratégicos para ações voltadas ao meio ambiente que envolvam os vários sistemas de transporte. Com base nisso, na última quarta-feira, o Porto do Recife (PE) iniciou o monitoramento do nível de fumaça preta nos caminhões que participam das operações portuárias. O projeto, uma parceria com a unidade do Sest/Senat do município, visa avaliar a qualidade do ar e traçar estratégias para mitigar o impacto causado pelos poluentes.

A escolha da área portuária não foi por acaso. Tradicionalmente, são nos complexos onde o modal rodoviário mais elimina esses poluentes - afinal, é onde ele permanece em fila com o motor ligado, esperando o momento de carregar e descarregar. E se levamos em consideração a quantidade de veículos que circulam diariamente por um complexo, ficará evidente a importância do monitoramento realizado.

Nesse cenário, a fiscalização da fumaça preta é essencial para se aferir a qualidade do ar na zona portuária. É também importante para se combater o lançamento desses gases na atmosfera. E não se pode esquecer que tal ação ajuda a identificar os caminhões que estão com o motor desregulado, consumindo mais combustível do que deveria.

Trata-se, portanto, de uma excelente iniciativa e que deveria ser seguida por todos os complexos. Em nome da qualidade do ar, da eficiência energética do transporte, em nome da sociedade.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 20/05/2022

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

HIDROGÊNIO VERDE 1

O Porto do Açu e a petrolífera Shell firmaram um acordo para implantar uma usina de hidrogênio verde (H2V) na área do complexo marítimo, localizado no Norte do Rio de Janeiro. A parceria foi anunciada ontem e pode representar o início da produção desse combustível no Brasil. A usina, de 10 megawatt de potência instalada, deve entrar em operação em 2025, mesmo ano em que as primeiras unidades produtoras de H2V do Ceará (estado que mais tem se destacado na atração desse tipo de investimento, apesar dos projetos ainda estarem em fases conceituais) planejam iniciar suas atividades.

HIDROGÊNIO VERDE 2

O empreendimento prevê o desenvolvimento da usina nos anos seguintes, chegando em 2029 com 100 megawatts, o dobro da potência inicial. A primeira fase (nos próximos três anos) deve demandar investimentos entre US\$ 20 milhões e US\$ 40 milhões, segundo informações da Shell.

GÁS NATURAL 1

Diante do aumento dos preços do gás natural e da crise em relação ao combustível (devido à guerra na Ucrânia), a Compass (do Grupo Cosan) relatou que mantém seu projeto de construção

de um terminal de regaseificação de GNL em São Paulo, mais precisamente na margem esquerda do Porto de Santos. Também destacou que o empreendimento será entregue no prazo, no próximo ano, e não será afetado pelo cenário externo.

GÁS NATURAL 2

Em comunicado, a Compass informou que o projeto do terminal permitirá à empresa, a longo prazo, contestar os preços atuais do gás natural. Outro objetivo é diversificar o abastecimento e o suprimento da Comgás. Até por causa disso, os trabalhos na unidade devem ser agilizados neste ano.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/05/2022

NACIONAL - SIMULADOR VAI AGILIZAR DECISÕES DE AUTORIDADES PORTUÁRIAS, DIZ PRATICAGEM DO BRASIL

Outro objetivo é que o Centro fique responsável por realizar o curso anual de Atualização para Práticos (ATPR)

Por TALES SILVEIRA - tales@portalbenews.com.br

Divulgação / Praticagem Brasil



Para o presidente da Praticagem Brasil, o simulador trará mais comodidade aos órgãos de controle do País

O Centro de Simulações e de Manobras de Navios instalado pela Praticagem do Brasil, em Brasília, deverá agilizar o processo decisório das autoridades portuárias. Essa é a previsão do presidente da Praticagem, Ricardo Falcão, que ontem recebeu representantes da Companhia Docas do Ceará para apresentar o sistema, implantado em parceria com o Tanque de Provas Numérico da Universidade de São Paulo (TPNUSP) em dezembro do ano passado.

Segundo Falcão, a ideia é acelerar as decisões de políticas públicas e regulação do setor. A capital federal concentra as principais sedes de autoridades ligadas ao setor, como Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), os ministérios da Infraestrutura e da Economia, além de representações de operadores portuários de todo o País.

"A criação desse simulador, em Brasília, objetiva solucionar dúvidas das autoridades do setor. Temos técnicos e especialistas que pouco visitam os portos. Aqui conseguimos solucionar de maneira mais rápida e direta, para todas as autoridades, todas as dúvidas, seja de projetos ou de necessidades. Também será possível que o Ministério, por exemplo, possa apresentar uma simulação a possíveis grupos de investidores que querem investir em determinadas regiões", disse.

O presidente da Praticagem Brasil explicou como o uso de simulador possibilita melhorias para todos os portos nacionais. "O simulador é muito importante para darmos o treinamento e verificar questões importantes em cada porto brasileiro. Um caso emblemático é do Porto de Santana, no Amapá. Até o ano passado, somente eram operados navios de até 50 mil toneladas. Depois do processo de avaliação de cinco dias, hoje, o porto consegue operar navios de 100 mil toneladas de carga", comentou.

O simulador é formado por 14 telas de 65 polegadas, sendo três traseiras. O modelo matemático, o mesmo adotado no TPN - USP, reproduz fielmente a ação de ondas, ventos, correntes e marés além de efeitos hidrodinâmicos que afetam a capacidade de manobra das embarcações. As facilidades permitem simular com precisão qualquer pode manobra e situações específicas que não são possíveis no dia a dia pelo risco envolvido.

Hub de Práticos

De acordo com o vice-presidente da Praticagem Brasil, Bruno Fonseca, a entidade ainda tem como objetivo fazer com que Brasília, a partir do próximo ano, seja responsável por realizar o Curso de Atualização para Práticos (ATPR). "Brasília é um hub. Hoje, é mais fácil eu, que moro em Fortaleza, por exemplo, achar um voo direto para Brasília do que para o Rio de Janeiro. Estamos trabalhando para credenciar o nosso centro de simulação junto à Marinha para poder começar a dar as aulas do curso. Nossa intenção é que, a partir do ano que vem, todos os práticos venham fazer o curso de atualização aqui", disse.

O prático é o profissional que sobe a bordo dos navios para conduzi-los na entrada e saída dos portos, representando o Estado brasileiro. Ele conduz as embarcações por todo o canal de acesso ao porto e também realiza as manobras de atracação e desatracação. Diferentemente dos comandantes, que recebem treinamento para navegar em alto-mar, o prático é treinado para manobrar em águas de tráfego intenso e com as quais comandantes não são familiarizados com condições específicas como ventos, correntes e marés.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 20/05/2022

BRUNO WESN EFETIVADO NO PROGRAMA DE PARCERIAS

Por **TALES SILVEIRA** - tales@portalbenews.com.br

O Diário Oficial da União publicou, nesta quinta-feira (19), a nomeação de Bruno Westin Leal como novo secretário especial do Programa de Parcerias de Investimentos. Ele assume o lugar de Martha Seillier, que deixou o ministério para ocupar uma cadeira no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Desde março de 2020, Westin assumiu o cargo de secretário-adjunto do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e, a partir de 2 de maio último, o cargo de secretário substituto.

Bruno Wesn é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestre em Teoria Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). É auditor federal de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional e ocupou os cargos de diretor no Ministério da Economia e de secretário de estado de Fazenda-Adjunto no governo de Minas Gerais, além de ter experiências em conselhos de administração de empresas.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 20/05/2022

NACIONAL - BOM MOMENTO DAS EXPORTAÇÕES ELEVA CONFIANÇA DO AGRONEGÓCIO, APONTA FIESP

Mas alta nos fertilizantes e risco de indisponibilidade impactaram segmento

Por **BÁRBARA FARIAS** - barbara@portalbenews.com.br



“A PERCEPÇÃO SOBRE O CUSTO DE PRODUÇÃO, QUE JÁ ERA RUIM NO FINAL DE 2021, VOLTOU A CAIR EM FUNÇÃO DA PIORA DAS RELAÇÕES DE TROCA CAUSADA PELA ALTA DOS FERTILIZANTES E PELOS TEMORES RELACIONADOS À SUA DISPONIBILIDADE”

ROBERTO BETANCOURT

diretor do Departamento de Agronegócio da
Fiesp

Exportação de farelo de soja no Porto de Paranaguá



O Índice de Confiança do Agronegócio (ICAgro), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), fechou o primeiro trimestre de 2022 em 111,5 pontos, 1,9 ponto acima do levantamento anterior. As exportações das indústrias situadas Depois da Porteira, puxaram o resultado.

De acordo com o levantamento, os índices da indústria Antes da Porteira e dos produtores agropecuários caíram em relação ao trimestre anterior. Apesar dessa diferença, houve entre os segmentos do agronegócio uma melhora das avaliações sobre a economia brasileira.

“O bom momento das exportações do agronegócio é uma das razões às quais pode ser atribuído o ganho de otimismo, já que muitas empresas que compõem o grupo Depois da Porteira são exportadoras”, afirmou o diretor do Departamento de Agronegócio da Fiesp, Roberto Betancourt.

Segundo os dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), os embarques de produtos agropecuários somaram 28,1 bilhões de dólares nos primeiros três meses de 2022, um aumento de quase 22% sobre o mesmo período do ano passado.

O índice apontou ainda que a confiança das indústrias que compõem a cadeia do agronegócio aumentou 5,2 pontos, fechando o primeiro trimestre do ano a 114,5 pontos, com a ressalva do comportamento distinto entre as empresas Antes da Porteira e as situadas Depois da Porteira.

Houve uma relava perda de otimismo no início do ano entre as indústrias de insumos agropecuários (Antes da Porteira). O índice de confiança desse segmento fechou o 1º trimestre em 107,7 pontos, queda de 3,7 pontos sobre o levantamento anterior. É importante destacar, porém, que o resultado se deve principalmente à piora na perspectiva dessas empresas quanto ao momento em que a pesquisa foi realizada.

“Boa parte das entrevistas aconteceu em março, durante o início da ofensiva russa na Ucrânia”, alertou Betancourt. “Havia grande incerteza quanto à oferta e aos preços dos fertilizantes, e a comercialização de insumos para a próxima safra permaneceu praticamente parada”, argumentou o especialista.

Fertilizantes

O levantamento da Fiesp aponta que a alta dos fertilizantes e o risco de falta dos insumos devido à guerra na Ucrânia pesaram no índice de confiança relacionados aos negócios dos agricultores. O índice caiu 2,9 pontos, fechando o trimestre em 109,1 pontos.

“A percepção sobre o custo de produção, que já era ruim no final de 2021, voltou a cair em função da piora das relações de troca causada pela alta dos fertilizantes e pelos temores relacionados à sua disponibilidade”, explicou Betancourt. “Além disso, houve queda na avaliação relacionada ao crédito rural, refletindo a alta dos juros e a queda na liberação de recursos para custeio, que fechou o primeiro trimestre do ano em R\$ 7,17 bilhões, 36% abaixo do mesmo período de 2021”, acrescentou o empresário.

Cabe destacar que a quebra da safra de verão no Sul do Brasil (especialmente no oeste do Paraná e no Rio Grande do Sul) pesou negativamente sobre a percepção a respeito da produtividade. Em meio às dificuldades, um item positivo: a avaliação sobre os preços agrícolas melhorou.

Pioraram também as percepções dos pecuaristas em relação a diversos aspectos do negócio. Foi o caso dos custos de produção, no que pesaram negativamente a alta dos grãos e da ureia (fertilizante nitrogenado usado para a adubação das pastagens), e o preço dos bezerros, que se manteve em patamares altos.

A piora das condições do crédito rural também reduziu o otimismo dos produtores pecuários. Diferentemente do que aconteceu com os agricultores, os preços aos produtores não amenizaram a situação, com as cotações futuras do boi gordo abaixo do mercado físico desde o início do ano.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 20/05/2022

NACIONAL - PORTOS DA REGIÃO SUL VOLTAM A OPERAR APÓS PASSAGEM DE CICLONE

Foram suspensas as atividades nos portos de Santa Catarina, Paraná e também no Porto de Santos

Por **VANESSA PIMENTEL** - vanessa@portalbenews.com.br



No Paraná, os Portos de Paranaguá e Antonina voltaram a operar ontem (19), ainda pela manhã, segundo nota emitida pela Portos do Paraná, a Autoridade Portuária

Os portos da região Sul do País voltaram a operar nesta quinta-feira (19), após as atividades terem sido suspensas devido aos fortes ventos e ondas de até 2,5 metros causadas pelo ciclone extra-tropical Yakecan.

O Porto de Itajaí (SC), um dos principais do estado de Santa Catarina, parou de operar às

10h de terça-feira (17) mas ontem (19) conseguiu retomar a movimentação após melhora nas condições climáticas.

Os outros três complexos do estado - Porto de Navegantes, São Francisco do Sul e Itapoã – também retomaram os trabalhos por volta das 11h30 desta quinta-feira.

No Paraná, os Portos de Paranaguá e Antonina voltaram a operar ontem (19), ainda pela manhã, segundo nota emitida pela Portos do Paraná, a Autoridade Portuária.

Nos últimos dois dias, os portos de Paranaguá e Antonina operaram parcialmente em decorrência da intensidade dos ventos trazidos pelo ciclone Yakecan à costa leste do país, quando as rajadas passaram dos 50 quilômetros por hora na região litorânea do Estado.

A empresa pública que administra os portos paranaenses destacou que segue atenta aos avisos e alertas da Marinha do Brasil e da Praticagem.

Santos

O Porto de Santos também teve suas atividades suspensas na tarde de quarta-feira (18), às 13h55, pela Capitania dos Portos de São Paulo, devido à ressaca que atinge a região. Ontem (19), às 9h50, o fluxo de navios foi liberado pelo órgão após melhora nas condições climáticas aferidas.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 20/05/2022

NACIONAL - PORTO DO RECIFE INICIA MONITORAMENTO DE FUMAÇA PRETA EM CAMINHÕES

O projeto é uma parceria com a unidade do Sest/Senat da capital e irá avaliar a qualidade do ar

Por **VANESSA PIMENTEL** - vanessa@portalbenews.com.br



"A PRINCÍPIO É UMA CAMPANHA EDUCATIVA PARA NÓS AVALIARMOS, DENTRO DE UM ANO, COMO ESTÁ A EMISSÃO POR FUMAÇA PRETA NAS OPERAÇÕES PORTUÁRIAS. ESTAMOS OFERECENDO AOS MOTORISTAS UMA INSPEÇÃO QUE NORMALMENTE É PAGA, DE FORMA TOTALMENTE GRATUITA"

JOSÉ LINDOSO
presidente do Porto de Recife

O primeiro dia de inspeção avaliou 14 caminhões, dos quais 12 foram aprovados, um foi rejeitado e um foi reprovado

O Porto do Recife (PE) iniciou na última quarta-feira (18) o monitoramento do nível de fumaça preta nos caminhões que participam das operações portuárias. O projeto é uma parceria com o SEST/SENAT do município e irá avaliar a qualidade do ar e traçar estratégias para mitigar o impacto causado pelos poluentes. As inspeções serão feitas uma vez por mês, durante um ano.

Para realizar a vistoria, o motorista deve realizar um cadastramento com a documentação do veículo e quilometragem. Além de saber o nível de emissão de fumaça, o caminho fumaça também poderá avaliar a rotação do veículo e o nível de consumo de combustível.

O SEST/SENAT, que faz essa inspeção em todo o Brasil, disponibilizou um técnico em gestão ambiental e os equipamentos necessários. "Para esse teste de inspeção, nós utilizamos um tacômetro, que avalia a bateria do veículo e o opacímetro, o qual é acoplado ao cano de escape e mede os níveis de fumaça e combustível", explica Edécio Nogueira, técnico de gestão ambiental do SEST/SENAT.

"A medição dos níveis de fumaça também é importante para fiscalizar se os veículos estão dentro dos parâmetros do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e se estão respeitando as normativas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)", disse Ana Paula Gondra, assessora técnica da Coordenadoria de Gestão Ambiental e Segurança do Trabalho do Porto.

O primeiro dia de inspeção avaliou 14 caminhões, dos quais 12 foram aprovados, um foi rejeitado e um foi reprovado.

"A princípio é uma campanha educativa para nós avaliarmos, dentro de um ano, como está a emissão por fumaça preta nas operações portuárias. Estamos oferecendo aos motoristas uma inspeção que normalmente é paga, de forma totalmente gratuita", reforça José Lindoso, presidente do ancoradouro.

Após a avaliação, o motorista recebe um laudo por e-mail ou celular e um selo de 'aprovado' com validade de um ano. "Essa ação é importante porque permite que os caminhoneiros conheçam esse teste de inspeção veicular. Muitas empresas solicitam esse laudo aos motoristas para avaliar se o transporte está dentro dos parâmetros e se estão prezando pela questão ambiental. Ser aprovado na inspeção significa também que eles podem ampliar o leque de serviços", afirma Ana Paula.

Para o motorista José Wilson da Silva a ação foi ótima para saber que o caminhão está funcionando dentro dos parâmetros. "A Polícia Rodoviária cobra essa inspeção, então é muito importante ter o laudo e estar com tudo em dia para poder trabalhar nas estradas", afirmou.

REGIÃO SUDESTE - ITAGUAÍ GANHARÁ NOVO TERMINAL DE MINÉRIO DE FERRO

Novo empreendimento, que demandará investimentos na ordem de R\$ 3 bilhões, vai aumentar a capacidade de escoamento de minério de ferro pelo porto em cerca de 30 milhões de toneladas por ano



A meta da SNPTA é publicar o edital de licitação do futuro terminal no último bimestre deste ano, com realização do leilão no 1º trimestre de 2023. Já o início das operações está previsto para 2028

Nos últimos dias 11 e 12 de maio, diretores e gestores da CDRJ acompanharam a equipe técnica do Minfra e da EPL, que realiza um estudo referente ao futuro arrendamento denominado ITG-02, conhecido como 'área do meio', com término previsto neste 1º semestre

O Porto de Itaguaí (RJ) deve ganhar mais um terminal para exportação de granel sólido mineral, informou ontem, quinta-feira (19), a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), a autoridade portuária. O novo empreendimento será implantado em uma área de 312.514 metros quadrados, com investimentos na ordem de R\$ 3 bilhões, e deverá aumentar a capacidade de escoamento de minério de ferro pelo porto em cerca de 30 milhões de toneladas por ano.

Nos últimos dias 11 e 12, diretores e gestores da Autoridade Portuária acompanharam a visita realizada pela equipe técnica do Ministério da Infraestrutura (Minfra) e da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), que está realizando um estudo referente ao futuro arrendamento denominado ITG-02, conhecido como 'área do meio', com término previsto neste 1º semestre.

“O estudo avalia a dinâmica do mercado da região e analisa a capacidade instalada para armazenagem e movimentação de cargas no complexo portuário”, explicou o gerente de Estruturação de Projetos da EPL, Fernando de Castilho. E ressaltou ainda que o levantamento vai apresentar o potencial de demanda do terminal e as soluções de engenharia necessárias para o empreendimento, além da modelagem econômico-financeira.

“EXISTE UMA EXPECTATIVA DE QUE, AINDA NO 1º SEMESTRE DE 2022, O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS QUALIFICARÁ O PROJETO ITG-02 COMO PRIORIDADE NACIONAL”.

ALESSANDRO MARQUES

coordenador-geral de Modelagem de Arrendamentos Portuários da SNPTA

A Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA/Minfra) tem conduzido o projeto como prioritário, segundo o coordenador-geral de Modelagem de Arrendamentos Portuários da SNPTA, Alessandro Marques. “Existe uma expectativa de que, ainda neste primeiro semestre de 2022, o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) qualificará o projeto ITG-02 como prioridade nacional”, disse.

Considerando as diversas etapas que devem ser cumpridas pelo Minfra para o arrendamento de uma instalação portuária, a exemplo da realização de consulta e audiência públicas e análise do projeto pelo Tribunal de Contas da União (TCU), Marques informou que a meta da SNPTA é publicar o edital de licitação desse projeto no último bimestre do ano, com realização do leilão no 1º trimestre de 2023. Já o início das operações está previsto para 2028.

Expectavas

O futuro empreendimento gera boas expectativas, de acordo com o diretor-presidente da Docas do Rio, Francisco Antônio de Magalhães Laranjeira. “o novo terminal será mais uma opção para o

escoamento do minério da área de influência do Porto de Itaguaí, aumentando a capacidade e a atratividade do complexo portuário, e vai ampliar a competitividade brasileira no comércio exterior, gerar empregos para a região e melhorar a situação econômica, com mais receitas tanto para a companhia como para o Estado do Rio de Janeiro”, analisou o presidente da Docas.

O coordenador-geral de Modelagem de Arrendamentos Portuários da SNPTA, Alessandro Marques, destacou que o Brasil é o segundo maior produtor de minério de ferro do mundo – atrás apenas da Austrália - e o minério de ferro é o 2º produto mais exportado pelo Brasil, depois do complexo da soja.

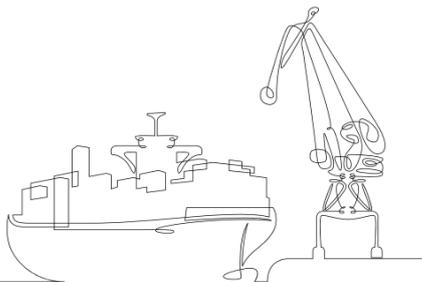
“Considerando a importância das exportações de minério de ferro para o comércio exterior brasileiro, que devem continuar performando bons números nas próximas décadas, e considerando a infraestrutura de acesso, tanto ferroviário quanto aquaviário, e a disponibilidade de área do Porto de Itaguaí, o projeto do ITG-02 constitui grande relevância para todo o País”, afirmou Alessandro.

Para o diretor de Negócios e Sustentabilidade da Docas do Rio, Jean Paulo Castro e Silva, “o projeto de um novo grande terminal de minério em Itaguaí demonstra a importância desse porto para o escoamento da produção do Quadrilátero Ferrífero e o consolidará como o principal complexo portuário do País na exportação de uma das mais importantes ‘commodities’ do nosso comércio exterior”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 20/05/2022

OPINIÃO – ECONOMIA - A INTERMODALIDADE NO PORTO DE AVEIRO: RUMO AO FUTURO

FÁBIO GALLOTTI - opinio@portalbrmews.com.br sócio do escritório Gallotti e Advogados Associados e **MARCELO DE SOUZA SOBREIRA** - opinio@portalbrmews.com.br Conselheiro, consultor e professor em Mercados Financeiro e de Capitais



ALÉM DE TODA A VANTAGEM DA PRIVILEGIADA LOCALIZAÇÃO DO PORTO DENTRO DO CONTEXTO PORTUGUÊS E FRENTE AO CORREDOR ATLÂNTICO, QUE O PROJETA AO INTERIOR DA EUROPA OCIDENTAL, IMPERA A NECESSIDADE DE VOLTAR OS OLHOS AO FATO DE QUE TANTAS SOLUÇÕES E VANTAGENS LOGÍSTICAS PODEM ENSEJAR O AQUECIMENTO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E PORTUGAL.

A os 3 de maio de 2022, o escritório Gallo e Advogados Associados e o fórum Portugal Export, representados por Fábio Gallotti e Marcelo Sobreira, respectivamente, marcaram presença no workshop “A Intermodalidade no Porto de Aveiro”, organizados pela Intermodal Portugal e Transportes & Negócios, com o apoio da Administração do Porto de Aveiro (APA) e da Câmara do Comércio e Indústria do Distrito de Aveiro (AIDA-CCI).

Entre a composição da mesa redonda, palestrantes e ouvintes, o evento superou as expectativas de participação do público, reunindo aproximadamente 70 pessoas diretamente ligadas ao setor.

Após abertura da solenidade pelo sr. Fernando Paiva de Castro, presidente da AIDA-CCI, o sr. Eduardo Bandeira, membro do Conselho de Administração do Porto de Sines, prosseguiu com uma breve, porém elucidativa apresentação do Porto de Aveiro, que vem passando pelo projeto de ampliação e capacitação de sua infraestrutura para composição da Zona de Atividades Logísticas e Industriais (Zali), cuja conclusão está prevista para o ano de 2025.

Segundo o que foi apresentado, a criação da referida zona tem o potencial de tornar o complexo portuário de Aveiro um novo atrativo para players nacionais e internacionais, considerando suas

características únicas no território português, uma vez que a finalização de implantação da Zali significará a possibilidade de concentração de cadeias logísticas buscando excelência em eficiência, competitividade de preços e boa prestação dos serviços portuários aos importadores e exportadores. Parte inerente à essência da criação da Zali e do desenvolvimento para a almejada projeção do Porto de Aveiro ao mercado internacional é a exploração da intermodalidade, haja vista a expressiva aptidão do porto em oferecer integração entre os variados modais de transportes, dadas as suas ímpares características físicas e geográficas.

A título ilustrativo, cumpre-se destacar a fluidez das vias de acesso rodoviário pela Rodovia A25, uma das principais estradas de Portugal, que já desemboca nas vias de jurisdição do próprio porto; a integração do transporte ferroviário que chega diretamente aos terminais; e as peculiaridades do porto que lhe dão vocação para operar os tipos de carga a saber: granéis sólidos, granéis líquidos, carga de projetos e contêineres.

A presidente do Porto de Aveiro, Fátima Alves, complementou abordando as expectativas da administração portuária para médio e longo prazo, com o objetivo de angariar novos negócios de modo a projetar o Porto de Aveiro ao cenário internacional. Adicionou ainda que em época de constrangimentos econômicos, em função do cenário pós-pandêmico e diante da guerra entre Rússia e Ucrânia, é preciso que se busque soluções que atentem às sustentabilidades ecológica e energética, compromissos estes que vêm sendo perseguidos pela administração portuária com medidas que visam à eliminação do uso de papéis e à descarbonização das operações, por exemplo.

Em sequência, foi enaltecida a Zali, que vem como valiosa contribuição ao Corredor Intermodal Atlântico, tendo em vista que oferece soluções logísticas de transporte entre Portugal, Espanha, França e Alemanha por fruição da intermodalidade.

A mesa redonda mediada por Fernando Gonçalves (Transportes e Negócios) - e composta por Antônio Belmar da Costa (Associação dos Agentes de Navegação de Portugal – AGEPOR), Antônio Nabo Martins (Associação dos Transitários de Portugal – Apat e membro do Conselho Internacional do Forum Brasil Export), Miguel Ramalheira (Empresa de Tráfego e Estiva – Grupo ETE), Paulo Sá (Yilport Aveiro) e Rui Azevedo (PTM Ibérica) - trouxe os pontos de vistas dos variados segmentos do setor que, em uníssono, apontaram para a perspectiva de desenvolvimento e progresso do Porto de Aveiro em virtude dos investimentos que vêm sendo alocados à infraestrutura como forma de atração a novos negócios.

Antônio Belmar da Costa salientou que, quando a estrutura da Zali estiver concluída, o porto terá uma importante capacidade de exportação aliada ao acesso ferroviário que, por sua vez, se torna competitivo em decorrência de seu longo alcance e baixo custo. Ademais, pontuou que a containerização do Porto permite a atração de novos clientes e cargas com potencial de serem utilizadas, conferindo um futuro promissor ao atendimento dos clientes dos operadores portuários. Por sua vez, Paulo Sá apontou que aposta nesta modalidade como uma solução para o futuro, levando em conta o crescente volume de carga e o anseio social pela descarbonização.

Em seu turno, Antônio Nabo Martins afirmou que o Porto de Aveiro está indo rumo ao futuro, com condições de se tornar o núcleo da intermodalidade. Outrossim, complementou que as melhorias que vêm sendo implementadas garantem ao porto características pias de porto seco, dada a recepção de transportes terrestres e grande capacidade de armazenamento. E sinalizou que está dinamização deve atrair cargas externas, além de já ter sinergia com as cargas já movimentadas atualmente, pois o porto goza de localização estratégica em relação a parte do território espanhol para movimentação de cereais e serve de suporte logístico para movimentação de matéria prima de siderúrgicos movimentados na Região do Porto.

Dentre outros pontos, os demais integrantes da mesa ainda deram destaque à proximidade do Porto de Aveiro em relação aos sítios fabris, assim como se ressaltou a importância da intermodalidade para exportadores e importadores que prezam pela segurança e integridade da

carga e que, por vezes, recorrem à intermodalidade para garantir redundância à logística de transporte. Isabel Moura Ramos, integrante da organização do evento e membro do Conselho de Administração Portuária, gentilmente destacou a presença da comitiva do fórum Brasil Export no mês passado, ressaltando a importância da relação entre Brasil e Portugal.

Finalizada a recepção do evento, foi feito um tour guiado pelos três terminais do Porto de Aveiro, onde foi possível observar a materialização de parte da Zali que já está operacional e a sua projeção para o futuro próximo. Por derradeiro, foi possível perceber a preocupação da administração na integração da zona portuária ao contexto social e urbanístico da região, ao passo que a geração de empregos diretos e indiretos certamente contribui para o desenvolvimento socioeconômico de Aveiro - sem falar na urbanização do Jardim Oudinot, que conta com áreas verdes, quadras esportivas e espaços para interação social, que oferecem sossego à população local em contraste às intensas atividades da zona portuária.

Por tudo que se observou durante o evento e à altura da visita ao Porto de Aveiro, de fato se nota o avançar da Zali e a propensão do Porto de Aveiro em efetivar a intermodalidade, de forma a oferecer soluções logísticas que o projetam ao futuro dos cenários português e europeu, ao passo que potencializa a busca pela eficiência e pela comodidade de preços aliada à sustentabilidade ecológica e energética, que norteiam as diretrizes do desenvolvimento mundial.

Além de toda a vantagem da privilegiada localização do porto dentro do contexto português e frente ao Corredor Atlântico, que o projeta ao interior da Europa Ocidental, impera a necessidade de voltar os olhos ao fato de que tantas soluções e vantagens logísticas podem ensejar o aquecimento das relações comerciais entre Brasil e Portugal.

Apesar de serem “países irmãos” e desfrutarem de excelentes relações diplomáticas, pode-se afirmar que as relações comerciais têm um grande potencial para se intensificarem nos próximos anos. Já no contexto atual e com as benfeitorias em andamento na infraestrutura portuária portuguesa, com o crescimento do fluxo migratório de brasileiros para Portugal e tendo em vista que Portugal é a porta de saída e de entrada da Europa em relação às Américas, dada a sua favorável localização geográfica, é crível que tantos investimentos atrairão não só investidores e players do mercado europeu, mas também do lano-americano, especialmente do brasileiro.

Na mesma linha de raciocínio, relativamente à intensificação das relações Brasil/Portugal, deve-se levar em consideração as facilidades do compartilhamento do mesmo idioma e principalmente a similaridade entre o arcabouço jurídico e organização institucional do setor portuário em ambos os países, que permite maior entendimento e auxilia na superação de barreiras burocráticas.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 20/05/2022



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

FILA DE NAVIOS DO CANAL DO PANAMÁ REFLETE GARGALO GLOBAL

Informação: *EXAME (20 de maio de 2022) - Por James Attwood, Augusta Saraiva e Sergio Chapa (Bloomberg)*



Havia 101 navios esperando para fazer a viagem de 40 milhas através do Canal do Panamá na quarta-feira, seis a mais que a média até agora este ano, segundo dados compilados pela Bloomberg – (Reuters/Guarda Costeira do Japão/Divulgação)

Os gargalos de transporte global que abalaram indústrias e consumidores na era da pandemia eram evidentes para os políticos, economistas e investidores reunidos para um fórum econômico latino-americano no Panamá na quarta-feira.

Havia 101 navios esperando para fazer a viagem de 40 milhas através do Canal do Panamá na quarta-feira, seis a mais que a média até agora este ano, segundo dados compilados pela Bloomberg.

O canal teve quantidades recordes de carga passando por suas eclusas em seu ano fiscal mais recente, à medida que a flexibilização das restrições comerciais entre China e EUA abriram o mercado para grãos, carne suína e gás natural liquefeito.

Uma expansão de US\$ 5,25 bilhões inaugurada em 2016 permite que navios maiores da Ásia cheguem mais facilmente à costa leste americana e evitem os congestionamentos persistentes nos portos da Califórnia.

As importações de produtos asiáticas para a costa oeste dos EUA caíram 3,4% no primeiro trimestre em relação ao ano anterior, enquanto o número de mercadorias que entram na costa leste subiu 12,9%, de acordo com a plataforma de análise do mercado de frete Xeneta. Os embarques pela costa do Golfo do México subiram 31,1%.

Os efeitos em cascata dos lockdowns chineses estão começando a ser sentidos. Após os navios que se deslocam pelo canal aumentarem 18% em abril em relação ao mesmo mês do ano passado, este mês o canal observa um efeito retardado da política Covid Zero de Pequim, disse o chefe da Autoridade do Canal do Panamá, Ricaurte Vasquez, em entrevista durante o evento.

Mas assim que as fábricas na China aprenderem a conviver com a Covid, a situação deve se estabilizar, disse Vasquez. Desde que a retomada seja gradual, o transporte poderá se adaptar, com o mercado ainda “muito forte em termos de disponibilidade de navios”.

“Talvez o ritmo seja diferente e talvez a origem e o destino mudem um pouco, mas uma vez normalizado o lockdown, pode-se antecipar que os pedidos fluirão e os produtos sairão”, disse ele.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 20/05/2022

NOVA BACIA DE EVOLUÇÃO REGISTRA MARCA DE 900 GIROS NO COMPLEXO PORTUÁRIO DE ITAJAÍ E NAVEGANTES

Informação: Informativo dos Portos (20 de maio de 2022)



Foto: Informativo dos Portos

Na tarde desta quinta-feira (19), o Complexo Portuário de Itajaí e Navegantes atingiu a marca de 900 giros na área da Nova Baía de Evolução. A 900ª (Nongentésima), manobra foi registrada com o navio de bandeira do Panamá. Com 285 metros de comprimento e 40 metros de largura, sua desatracação ocorreu no terminal da Portonave (berço 03).

Vindo do Porto de Paranaguá (PR), o navio EVER URBAN partiu nesta tarde de quinta-feira, 19, com destino ao porto de Santos (SP), segundo informações do setor de operações, movimentou 2.000 mil contêineres e 48.287 toneladas.

Para Fábio da Veiga, Superintendente do Porto de Itajaí, o sucesso da primeira etapa da Baía de Evolução, evidenciou a intrínseca necessidade de continuar a segunda etapa das obras, onde navios maiores certamente irão impulsionar economia da cidade e do estado, e, lembra ainda, do Ato de Assinatura do Aditivo Contratual, ocorrido em 05 de junho de 2019, entre o Porto de Itajaí (Autoridade Portuária), e Van Oord, empresa de dragagem contratada na época para a conclusão



da primeira etapa das Obras de Reestruturação do Novo Acesso Aquaviário do Complexo Portuário de Itajaí:

“Quando eu tive a oportunidade de assinar o Aditivo Contratual (R\$ 40,1 milhões), para a conclusão da primeira etapa das Obras da Nova Bacia de Evolução, estava confiante que seria o início de um grande avanço no Complexo Portuário de Itajaí e Navegantes, refletindo principalmente no aumento das movimentações, e elevando o padrão de eficiência nas operações. Atingir o marco de 900 manobras na área da nova bacia de evolução, certamente é um enorme motivo de satisfação para a Autoridade Portuária de Itajaí, rumo a milésima manobra que será alcançada em breve. A bacia de evolução foi um dos maiores planejamentos e conquistas, que nós já alcançamos para o nosso Porto, com o intuito de adequar a operação portuária ao mercado internacional da navegação. Todas as manobras realizadas, foram e continuam sendo um grande reflexo das aplicações de investimentos necessários, que transcenderam o sucesso do nosso Porto, tornando mais evidente a relevância e necessidade de nos prepararmos para as obras da segunda etapa, para concretizar de forma definitiva esse projeto estratégico e fundamental para o Porto de Itajaí e para o estado de Santa Catarina”, pontua Fábio.

Em 2019, a primeira fase do projeto de ampliação do acesso aquaviário para o Complexo Portuário de Itajaí e Navegantes foi concretizada, possibilitando a chegada de navios de até 350 metros. A primeira manobra de testes na área da nova Bacia de Evolução, ocorrida no dia 16 de janeiro de 2020, foi considerada um marco para a história de Itajaí. A inédita manobra de ré foi realizada com o navio “VALOR”, de 300 metros de comprimento e 48,3 metros de largura (boca). A manobra, realizada pela primeira vez no Brasil e América Latina, iniciou no berço 02 da Portonave.

Para Ricardo Amorim, Diretor Geral de Operações Logísticas da Superintendência do Porto de Itajaí, os investimentos aplicados para realizar a nova Bacia de Evolução proporcionaram ao Complexo Portuário, a permanência no mercado competitivo portuário:

“A chegada desse número expressivo de 900 manobras, principalmente em um curto espaço de tempo, mostra novamente que a bacia de evolução foi uma obra muito importante para o nosso Porto, porque nos permitiu a permanência firme no mercado. Desde sua inauguração, podemos receber navios com dimensões de até 350 metros de comprimento, e com a próxima etapa, navios de até 400 metros. Ficamos muito felizes, porque tínhamos certeza que a obra na bacia 02 nos daria bons resultados, nos mantendo fortes no mercado, e atendendo ao que mercado necessita neste momento. Foram 900 manobras feitas de forma segura, sem qualquer incidente, isso demonstra também que toda infraestrutura foi muito bem feita, assim como o trabalho dos práticos, rebocadores, e a Marinha, que trabalha conosco dentro das devidas normas. Certamente, isso nos deixa tranquilos, quanto as nossas escolhas e decisões, e que venha logo a milésima manobra, nos próximos meses”, informa Ricardo.

A segunda etapa da Bacia de Evolução, está projetada para receber navios de até 400 metros de comprimento por 60 de boca (largura). O projeto contempla e possibilita o acompanhamento da nova realidade do comércio marítimo internacional, que está projetando constantemente navios maiores. A segunda etapa visa ainda, adequar a capacidade portuária, para aumentar sua competitividade.

“Realmente é uma grande satisfação para a Autoridade Portuária de Itajaí, completar este número tão significativo de novecentas manobras realizadas na nova Bacia de Evolução. Esse projeto garantiu que o nosso porto permanecesse viável no mercado, aumentando sua produtividade e alcançando resultados de quase uma década de planejamento, com o envolvimento de diversos entes públicos e administradores. Dessa forma, possibilitamos as condições das operações, tanto para os navios com até 300 metros de comprimento, e também para aqueles de 300 a 350 metros de comprimento, sendo os navios autorizados para realizar suas movimentações no complexo. O Complexo Portuário do Itajaí e Navegantes, está na posição de segundo maior porto do Brasil em

movimentação de contêineres (carga geral), tornando-se uma vigorosa e indiscutível importância econômica para o desenvolvimento de Santa Catarina, e também do Brasil”, informa Volnei Morastoni, Prefeito de Itajaí.

Com a normalização e influência do clima, a Delegacia da Capitania de Portos de Itajaí, juntamente com a Praticagem, autorizaram a reabertura do canal de acesso ao Complexo Portuário de Itajaí e Navegantes às onze horas da manhã de hoje, e, de acordo com o setor de operações da superintendência, estavam previstos para o retorno das entradas e saídas, nove embarcações.

“Na semana passada e também nesta, não foram nada fáceis para as operações de atracação ou de desatracações, tanto na margem direita, nas áreas arrendadas ou do porto público, como em todos os terminais que fazem parte do complexo portuário. Mas hoje, depois que os ventos deram uma pausa, refletindo na ondulação das ondas, a correnteza ficou calma, e com isso, conseguimos realizar com sucesso esta manobra, que tanto nos orgulha devido chegar a novecentos giros”, comemorou o Diretor Geral de Engenharia, Jucelino dos Santos Sora.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 20/05/2022

REUNIÃO PARA DISCUTIR ICMS DO DIESEL TERMINA SEM ACORDO

Informação: Santaportal (20 de maio de 2022)



Foto por: Rivaldo Gomes/Folhapress

Terminou sem acordo a reunião do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) para discutir o novo modelo de cobrança do ICMS sobre o diesel, alvo de uma liminar do STF (Supremo Tribunal Federal) que pode aumentar o preço do combustível.

O governo propôs a adoção da regra de transição prevista na nova lei do ICMS, que calcula o imposto com base em uma média das alíquotas dos últimos 60 meses e já havia sido alvo de resistência dos estados. A proposta foi enviada para avaliação de um grupo de trabalho, mas sem apoio de todos os governos.

Após a reunião, o Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários da Fazenda, Finanças, Receitas ou Tributação dos Estados e Distrito Federal) disse que vai pedir mais tempo ao ministro do STF André Mendonça para questionar a liminar. “Prestaremos as informações necessárias demonstrando que cumprimos na íntegra a lei complementar 192”, disse o secretário de Fazenda de Pernambuco, Décio Padilha, que preside o Comsefaz.

A lei determina que o ICMS dos combustíveis passe a ser cobrado em reais por litro, em vez de percentual sobre preço de referência, e de forma monofásica, isto é, apenas na produção. A alíquota deve ser a mesma em todos os estados. Os governos estaduais, porém, definiram uma alíquota máxima de R\$ 1,006 por litro, com possibilidade de descontos para que cada estado cobre alíquota semelhante à atual. Essa solução foi questionada pelo governo no STF.

“Aderimos à monofasia e cumprimos a lei no sentido de observar que benefício fiscal podendo equalizar cargas e assim o fizemos”, defendeu Padilha, em vídeo divulgado por sua assessoria de imprensa após a reunião desta quinta. O encontro extraordinário foi convocado pelo Ministério da Economia. O governo tenta usar a liminar para forçar os estados a adotar a regra de transição prevista na lei, mas os estados resistem.

Eles avaliam, por outro lado, a liminar pode na verdade provocar alta no preço do diesel, efeito contrário ao desejado, caso todos sejam obrigados a usar a alíquota máxima.

Em São Paulo, por exemplo, a alíquota com desconto seria de R\$ 0,6597 por litro, equivalente à cobrada hoje no estado. Assim, o uso da alíquota máxima prevista no convênio representaria um aumento de R\$ 0,3463 por litro.

Na média, o Comsefaz estima aumento de cerca de R\$ 0,20 por litro, em um momento de preços recordes nas bombas com os repasses da alta das cotações internacionais após o início da Guerra da Ucrânia.

A AGU havia sido alertada que a liminar poderia ter efeito contrário ao desejado, que era baixar o preço do diesel com a aplicação da alíquota média de 60 meses, mas entendeu que a decisão forçaria a edição de um novo convênio do Confaz sobre o tema.

Representantes dos estados, porém, alegam que não há mais sentido em falar em período de transição, pois o Confaz já publicou convênio com as regras definitivas do setor. O texto diz que a média seria aplicada “enquanto não disciplinada a incidência do ICMS nos termos dessa lei”.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 20/05/2022*

COMISSÃO REJEITA PROJETO QUE PROÍBE NAVIO ESTRANGEIRO DE TRANSPORTE DE GÁS DE OPERAR FORA DO AFRETAMENTO

Informação: Agência Câmara de Notícias (20 de maio de 2022)



Deputado Carlos Chiodini, relator do projeto de decreto legislativo – Foto: Reila Maria/Câmara dos Deputados

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados rejeitou o projeto de decreto legislativo (PDC) 1091/18, que proíbe a operação de navios estrangeiros de transporte de gás sem o cumprimento das regras de afretamento previstas na Lei 9.432/97. Essa lei regulamenta o transporte aquaviário no País.

A rejeição foi recomendada pelo relator, deputado Carlos Chiodini (MDB-SC). “Em relação a grande quantidade de embarcações que atuam no apoio à indústria do petróleo e gás prevalecem as regras previstas nessa lei”, disse. Pelo afretamento, um navio é alugado ou arrendado para ser operado ou embarcado.

O texto rejeitado, do deputado Hugo Leal (PSD-RJ), anula decisão da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) na Resolução Normativa 13/16. “A resolução ‘transforma’ um navio gaseiro em instalação de apoio, permitindo, ainda, que permaneça em águas brasileiras por 25 anos”, criticou Hugo Leal.

Essas embarcações são adaptadas para receber gás natural liquefeito e restaurá-lo à forma gasosa, tornando-o apto ao consumo, e podem operar estacionados. São chamados de unidade flutuante de armazenamento e regaseificação (mais conhecidos pela sigla FSRU, em inglês Floating Storage and Regasification Unit).

Segundo Carlos Chiodini, a Antaq detém atualmente competência para elaborar e editar normas relativas ao tema. “Ao caracterizar as FSRU como instalações de apoio, faz uso dos princípios da razoabilidade e da proporção ao interpretar a Lei 9.432/97, cujos dispositivos são silentes no caso específico”, afirmou o relator.

Tramitação



A proposta ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois seguirá para o Plenário.

Conheça a tramitação de projetos de decreto legislativo

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 20/05/2022

PORTO DE ITAGUAÍ TERÁ NOVO TERMINAL DE MINÉRIO DE FERRO

Informação: Agência Porto (20 de maio de 2022)

A Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) anunciou um projeto que visa a implantação de mais um terminal para exportação de granel sólido mineral no Porto de Itaguaí. O novo empreendimento, que será implantado em uma área de 312.514m², vai receber investimentos na ordem de R\$ 3 bilhões e aumentar a capacidade de escoamento de minério de ferro pelo porto em cerca de 30 milhões de toneladas por ano.

Nos últimos dias 11 e 12 de maio, diretores e gestores da Autoridade Portuária acompanharam a visita realizada pela equipe técnica do Ministério da Infraestrutura (MInfra) e da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), que está realizando um estudo referente ao futuro arrendamento denominado ITG-02, conhecido como 'área do meio', com término previsto neste 1º semestre.

O gerente de Estruturação de Projetos da EPL, Fernando de Castilho, explicou que "o estudo avalia a dinâmica do mercado da região e analisa a capacidade instalada para armazenagem e movimentação de cargas no complexo portuário". Castilho ressaltou que "o trabalho também apresentará o potencial de demanda do terminal e as soluções de engenharia necessárias para o empreendimento, além da modelagem econômico-financeira".

A Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA/MInfra) tem conduzido o projeto como prioritário, segundo o coordenador-geral de Modelagem de Arrendamentos Portuários da SNPTA, Alessandro Marques: "Existe uma expectativa de que, ainda no 1º semestre de 2022, o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos qualificará o projeto ITG-02 como prioridade nacional".

Considerando as diversas etapas que devem ser cumpridas pelo MInfra para o arrendamento de uma instalação portuária, a exemplo da realização de consulta e audiências públicas e análise do projeto pelo Tribunal de Contas da União (TCU), Alessandro Marques informou que a meta da SNPTA é publicar o Edital de Licitação no último bimestre deste ano, com realização do leilão no 1º trimestre de 2023. Já o início das operações está previsto para 2028.

Expectativas de sucesso

O futuro empreendimento está gerando as melhores expectativas possíveis. De acordo com o diretor-presidente da Docas do Rio, Francisco Antonio de Magalhães Laranjeira, "o novo terminal será mais uma opção para o escoamento do minério da área de influência do Porto de Itaguaí, aumentando a capacidade e a atratividade do complexo portuário, e vai ampliar a competitividade brasileira no comércio exterior, gerar empregos para a região e melhorar a situação econômica, com mais receitas tanto para a companhia como para o Estado do Rio de Janeiro".

O coordenador-geral de Modelagem de Arrendamentos Portuários, Alessandro Marques, destacou que "o Brasil é o 2º maior produtor de minério de ferro do mundo – atrás apenas da Austrália, e o minério de ferro é o 2º produto mais exportado pelo Brasil, depois do complexo da soja", e completou: "Considerando a importância das exportações de minério de ferro para o comércio exterior brasileiro, que devem continuar performando bons números nas próximas décadas, e considerando a infraestrutura de acesso, tanto ferroviário quanto aquaviário, e a disponibilidade de área do Porto de Itaguaí, o projeto do ITG-02 constitui grande relevância para todo o país".



Para o Diretor de Negócios e Sustentabilidade da Docas do Rio, Jean Paulo Castro e Silva, “este projeto de um novo grande terminal de minério em Itaguaí demonstra a importância desse porto para o escoamento da produção do Quadrilátero Ferrífero e o consolidará como o principal complexo portuário do país na exportação de uma das mais importantes ‘commodities’ do nosso comércio exterior”.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 20/05/2022

PORTOS DO PARANÁ DEVEM RECEBER CERCA DE R\$ 2,3 BILHÕES EM INVESTIMENTOS NOS PRÓXIMOS ANOS

Informação: Agência Porto (20 de maio de 2022)

Os portos do Paraná preveem receber, nos próximos dois anos, cerca de R\$ 2,3 bilhões em obras. Além dos investimentos que chegam com a atração de novos negócios (cerca de R\$ 1,61 bilhão), decorrentes de novos contratos de arrendamentos de áreas, o Governo do Estado, através da empresa pública que administra os terminais de Paranaguá e Antonina, vai aplicar R\$ 678 milhões até 2024.

Essencial para o desenvolvimento do Brasil, geração de emprego e renda, a infraestrutura portuária do Estado tem recebido investimentos recordes. De 2019 até 2021, foram aplicados mais de R\$ 437 milhões nos portos paranaenses. Neste ano, as obras em andamento já somam R\$ 77,67 milhões, em recursos próprios.

“Graças ao compromisso do Governo do Estado, ao alto nível técnico dos nossos funcionários e ao trabalho incansável da comunidade portuária, alcançamos um índice de mais de 76% na execução dos investimentos planejados”, disse o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia da Silva.

O percentual é considerado o maior do Brasil, entre os portos públicos do País, segundo o governo federal.

FUTURO – O investimento público previsto para os projetos futuros vai modernizar ainda mais a estrutura. Entre eles, está o estudo de modelagem e a execução das obras de otimização do Corredor de Exportação Leste do Porto de Paranaguá, incluindo a construção (em duas etapas) do Píer em “T”, com quatro novos berços para o escoamento dos granéis vegetais.

O projeto básico já foi finalizado e prevê capacidade de embarque de 32 mil toneladas, por hora, em oito linhas integradas.

Também do lado leste do cais, o “Moegão” vai centralizar as descargas ferroviárias e receber até 180 vagões simultâneos, em três linhas independentes e 11 terminais interligados.

O investimento estimado para essa etapa é de cerca de R\$ 514 milhões, para a implantação das obras civis, eletromecânicas, ferroviárias e rodoviárias de todo o complexo. Em recursos próprios, serão quase R\$ 500 milhões.

A pavimentação da área do antigo “Silinho”, demolido neste ano, também está em fase de licitação. Serão R\$ 3,5 milhões em investimentos, em uma área importante da faixa portuária que passará a receber novas cargas.

EM ANDAMENTO – A Portos do Paraná segue, ainda, com os projetos de ampliação da capacidade de recepção de caminhões (R\$ 90 milhões)

Outros R\$ 52,35 milhões em investimentos estão previstos na elaboração de projetos e termos de referência, incluindo melhorias no cais e edifícios do Porto de Paranaguá, além do acesso viário ao Porto de Antonina.



Também seguem acontecendo as obras de dragagem continuada (R\$ 403 milhões até 2023) e a derrocagem da Pedra Palangana (R\$ 32,6 milhões).

Empresas acreditam no potencial da Portos do Paraná e investem no Estado

Oportunidade de bons negócios e confiança dos investidores na gestão portuária do Estado têm atraído investimentos importantes do setor privado em Paranaguá e Antonina. Confira os principais, entre os que estão em andamento e os futuros.

CELULOSE – Depois de duas décadas sem novos arrendamentos no Porto de Paranaguá, em agosto de 2019, os governos do Paraná e federal realizaram o leilão da área PAR01, de 27.530 metros quadrados, para movimentação de celulose. Menos de dois anos depois, a Klabin, que arrematou o terminal, se prepara para o início das operações.

As obras começaram em junho de 2021 e estão avançadas. A expectativa é que sejam concluídas até o final deste ano. O investimento total é de R\$ 120 milhões.

VEÍCULOS – Há um ano, a empresa Ascensus Gestão e Participações arrendou a área PAR12, onde vai construir um novo terminal dedicado para a movimentação de veículos. Serão cerca de R\$ 22 milhões em obras e infraestrutura.

Além do investimento que será ao longo dos próximos 25 anos, o porto recebe os valores do lance dado em leilão: R\$ 25 milhões. Isso porque o processo foi conduzido pela empresa pública, primeira autoridade portuária do País a receber autonomia para administrar os contratos de exploração de áreas, em agosto de 2019.

A Ascensus já obteve o alvará de construção do município e a licença prévia do Ibama. A empreiteira está contratada para a obra e aguarda a Licença de Instalação para iniciar as obras.

CARGA GERAL – Em março deste ano, o Paraná licitou mais uma área em pregão na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). A empresa FTS Participações Societárias arrematou a PAR32 por R\$ 30 milhões. A nova arrendatária assume a área com a obrigação de investir o valor mínimo de R\$ 4,17 milhões ao longo de 10 anos, além de efetuar os pagamentos mensais pela ocupação.

GRANÉIS SÓLIDOS DE EXPORTAÇÃO – A nova estrutura de carregamento de granéis por esteiras transportadoras é um investimento privado da Paraná Operações Portuárias (Pasa). Na primeira fase da expansão, a empresa constrói uma nova linha de embarque e pretende instalar um novo shiploader, para movimentar até 2,5 mil toneladas/hora.

A segunda fase, prevista para o próximo ano, inclui a edificação de um novo armazém, com capacidade para 60 mil toneladas de açúcar ou 45 mil toneladas de outros granéis sólidos. No total, serão R\$ 117,7 milhões de investimentos que devem aumentar a capacidade do terminal, passando de 3,6 milhões de toneladas/ano, para 6,7 milhões de toneladas/ano.

GRÃOS E FARELO – A Coamo investiu R\$ 200 milhões na construção do Terminal Portuário II, em Paranaguá, para atender as exportações de grãos e farelos. Com três silos e um armazém graneleiro, a estrutura tem capacidade total de armazenagem de 150 mil toneladas.

O terminal conta com cinco moegas, com capacidade operacional para recebimento de 1.380 toneladas/hora, e tombadores para caminhões que facilitam o fluxo da movimentação no corredor de exportação. Somados ao outro terminal existente, a cooperativa tem capacidade para embarque de até 7 mil toneladas/dia.

ANTONINA – O Porto Ponta do Félix (PPF) está construindo seis novos silos para cereais e um novo armazém para fertilizantes. A capacidade estática atual é de 270 mil toneladas, mas com os projetos de expansão em andamento vai superar 430 mil toneladas, após a conclusão das obras.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 20/05/2022



NAVAL PORTO ESTALEIRO

CADE APROVA JOINT VENTURE ENTRE COPERSUCAR E VIBRA ENERGIA PARA A COMERCIALIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS COM FOCO NA EXPORTAÇÃO DE ETANOL NO BRASIL

Por Ruth Rodrigues



A joint venture entre a Copersucar e a Vibra Energia recebeu o aval do Cade para o início do processo de comercialização de combustíveis e a nova empresa pretende focar na exportação e importação de etanol para aproveitar as reservas nacionais

Recentemente, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, também conhecido como CADE, anunciou o despacho aprovando, sem restrições, a constituição de joint venture entre a Vibra Energia (antiga Petrobras Distribuidora) e a Copersucar. Assim, a partir dessa segunda-feira, (18/04), ambas as empresas estão aptas à comercialização de combustíveis no Brasil, com foco na exportação e importação de etanol dentro do território nacional.

Copersucar e Vibra Energia recebem aprovação do Cade para o início da joint venture com foco na comercialização de etanol em parceria com os portos brasileiros ao longo dos próximos anos. O Brasil é um dos maiores países do mercado global quando o assunto é a produção de combustíveis, tanto aqueles de fontes renováveis quanto os que não são, principalmente com foco em novas alternativas como o biogás e o etanol. Assim, o desenvolvimento das operações com esses produtos tem atraído a atenção de diversas empresas e novos investimentos dentro do segmento de comercialização de combustíveis no território nacional.

Dessa forma, a Vibra Energia, também conhecida como a antiga Petrobras Distribuidora, e a Copersucar se uniram para o desenvolvimento de uma joint venture com foco na comercialização de combustíveis, principalmente o etanol, e receberam o aval do Cade para o início das operações no território nacional. Dessa forma, ambas as empresas já podem alavancar as atividades de comercialização do produto, com foco principal na exportação do etanol em parceria com os portos nacionais, uma vez que esse é um combustível cada vez mais procurado dentro do mercado internacional.

A Copersucar faz parte do grupo de mesmo nome, de origem brasileira, e tem como principal atividade a comercialização de açúcar e etanol, além de ser responsável pela comercialização da produção da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do estado de São Paulo, realizando diversas operações no segmento da logística. Já a Vibra Energia trabalha atualmente na distribuição de combustíveis, lubrificantes e outros produtos petroquímicos no Brasil, após ter passado pelo processo de mudança da antiga Petrobras Distribuidora, que também atuava no segmento.

Joint venture entre Copersucar e Vibra Energia tem como objetivo criar um mercado de comercialização de combustíveis focando no etanol como principal produto para o portfólio das empresas

O desenvolvimento da joint venture entre a Copersucar e a Vibra Energia poderá ser de grande importância para o mercado nacional de combustíveis, uma vez que as empresas afirmam pretender criar uma comercializadora de etanol aberta a todos os produtores, distribuidores e demais agentes da cadeia, indo além dos volumes dos seus acionistas. Assim, a joint venture será o ponto de encontro com esses investidores e toda a cadeia de comercialização focada na exportação do etanol será realizada por meio da parceria.

Um dos pontos principais que fizeram a parceria se tornar possível, segundo o Superintendente-Geral do Cade, é que o etanol é um produto de fácil acesso aos insumos (cana-de-açúcar), tem preço parametrizado e diversos produtos e empresas comercializadoras, além de não desenvolver preocupações em relação à concorrência dentro do ambiente de comercialização, sendo ideal para ser exportado dentro do território nacional por meio da joint venture.

Dessa forma, após a finalização das licitações durante os próximos 15 dias, as decisões da Superintendência-Geral terão caráter terminativo e as operações serão aprovadas em definitivo pelo órgão antitruste. Com isso, a Vibra Energia e a Copersucar serão a nova aposta do setor portuário nacional para a exportação e comercialização de combustíveis com foco no etanol.

Fonte: Naval Porto Estaleiro
Data: 20/05/2022



JORNAL O GLOBO – RJ

SHELL VAI PRODUZIR HIDROGÊNIO VERDE NO PORTO DO AÇU, NO NORTE FLUMINENSE

Projeto-piloto terá capacidade de 10MW e conclusão prevista para 2025

Por Glauce Cavalcanti — Rio



O Porto do Açú, em São João da Barra, no Norte Fluminense, vai ganhar uma usina de geração de hidrogênio, em projeto em parceria com a Shell Brasil. O empreendimento já conta com unidades geradoras de energia solar e eólica offshore — Foto: Divulgação

O Porto do Açú fechou um acordo com a Shell Brasil para a construção de uma planta-piloto de hidrogênio verde. A unidade, que será instalada no complexo portuário, em São João da Barra, no Norte Fluminense, tem conclusão prevista para 2025 e terá capacidade de 10 MW.

Essa primeira etapa do projeto vai consumir entre US\$ 20 milhões e US\$ 40 milhões em investimentos. As empresas têm a opção de, mais adiante, expandirem essa produção para até 100 MW até 2029.

— Vamos testar a demanda por hidrogênio verde no país, que pode ter diversos usos, como combustível para tração veicular e em processos industriais. Há ainda a possibilidade de produzir amônia verde, que tem um desafio na logística, mas já é vista no mercado como uma próxima commodity global. A depender do mercado, futuramente, podemos elevar a produção a uma



escala industrial — diz Mauro Andrade, diretor de Novos Negócios e Renováveis da Prumo Logística, dona do Porto do Açu.

Os recursos financeiros serão aportados pela Shell, que é quem está capitaneando o projeto, por meio do investimento obrigatório de uma fatia da receita bruta de produção da companhia no país em pesquisa, desenvolvimento e inovação, conforme determina a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Este ano, a estimativa é que a Shell Brasil coloque entre US\$ 60 milhões e US\$ 120 milhões a essa obrigação.

O hidrogênio verde é um combustível zero carbono sempre que produzido a partir do uso de energia de fonte renovável. No Açu, a operação terá início conectada à rede nacional de energia. Para garantir a fonte limpa, o Porto do Açu vai comprar energia certificada e que será entregue ao sistema nacional.

A produção será feita a partir da eletrólise, processo que utiliza energia para separar hidrogênio e oxigênio da água.

Uma parte do hidrogênio produzido será armazenado e, depois, enviado a consumidores em potencial. O restante será usado na unidade geradora de amônia localizada no porto.

André Araújo, presidente da Shell Brasil, destacou a importância do projeto na transição energética em uma jornada de redução da emissão de CO2 pela companhia. “Almejamos com este piloto fomentar todo o desenvolvimento da cadeia de valor da geração de hidrogênio renovável, desde os fornecedores da tecnologia, passando pelo domínio da operação de planta até a formação de mão-de-obra especializada. Além disso, pretendemos viabilizar uma série de provas de conceito referente à descarbonização de setores. Será um verdadeiro laboratório de geração de conhecimento e valor tanto para a Shell quanto para o país,” disse.

A Shell já tem outros projetos de geração de hidrogênio no exterior, em Alemanha, China e Países Baixos.

Em março deste ano, o Porto do Açu anunciou ter assinado um acordo com a White Martins para a realização de estudos de viabilidade para a instalação de uma planta de hidrogênio verde no complexo. Esse estudo, diz Andrade, deverá ser concluído em um prazo de até 12 meses, sendo um passo anterior ao agora dado em parceria com a Shell.

O executivo explicou que ainda não é possível prever qual seria o investimento para expansão da unidade geradora de hidrogênio verde que será construída com a Shell:

— Essa expansão viria apenas após 2025. E está havendo um ganho de escala e barateamento dos equipamentos. Existe a previsão de que até 2030 o custo de eletrolisadores deva cair à metade. Vai também depender da demanda de mercado.

O Porto do Açu, que trabalha para se tornar um empreendimento portuário de indústria verde, já conta também com projetos em energias solar e eólica offshore.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 20/05/2022

EMPRESA DE MUSK NÃO CONSEGUE FAZER MONITORAMENTO AMBIENTAL, DIZEM ESPECIALISTAS

A tecnologia da Starlink permite somente conexão remota e envio de fotos e vídeos, como qualquer troca de arquivos

Por Ana Lucia Azevedo — Rio



Musk fala durante encontro com o presidente Bolsonaro e o ministro das Comunicações, Fábio Faria, em São Paulo — Foto: Reprodução

O bilionário Elon Musk disse estar “superanimado” por estar no Brasil para o lançamento da Starlink, sua empresa de serviços de internet, para conectar áreas rurais e para ajudar na preservação da Amazônia. Faltou a ele explicar que acesso à internet é uma coisa completamente diferente de monitoramento ambiental para cálculo do desmatamento.

E este na Amazônia brasileira não para de crescer. Desde 2019 tem batido recorde sobre recorde de devastação da floresta. A média das taxas anuais de desmatamento nos três primeiros anos do governo Bolsonaro é 75% mais elevada do que média das taxas anuais da década anterior.

Os dados do desmatamento não são apenas um serviço ou estatística. Eles têm impacto na economia, pois dizem respeito à atividade agropecuária. São ainda questão de soberania nacional, alerta o ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) Gilberto Câmara, especialista em mudanças no uso da terra, geoinformática e processamento de imagens espaciais.

Os sistemas de monitoramento

O Inpe adota dois programas

<p>Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter)</p> <p>Instrumento de fiscalização. Pode até indicar tendência, mas não foi criado para medir taxas</p> <p>Foi criado em 2004 para dar apoio à fiscalização. O Deter oferece dados diários para o Ibama e mensais para o público</p> <p>O Deter cobre áreas maiores que 25 hectares e indica tanto aquelas totalmente desmatadas (corte raso) como aquelas em que a destruição da floresta está em curso</p> <p>O Deter registra áreas maiores e com maior frequência, mas com menor resolução</p>	<p>Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes)</p> <p>Mede a dimensão do desmatamento anual</p> <p>Foi criado em 1988 e é mais preciso, com acurácia de 95%. Reconhecido como o melhor sistema de monitoramento de florestas tropicais do mundo</p> <p>Já o Prodes monitora o corte raso (ou seja, o estágio final do processo de desmatamento) em áreas superiores a 6,25 hectares</p> <p>O Prodes registra área menor e com menor frequência, mas com resolução mais precisa</p>
--	---

SATÉLITES

Sistema usa dados dos satélites sino-brasileiro CBERS-4 e do indiano IRS

O americano Landsat-5/TM, o sino-brasileiro CBERS-4 e o indiano IRS-2

QUANDO FOI CRIADO

DETECÇÃO DO ESTÁGIO DE DESMATAMENTO

PERIODICIDADE

Mensal

Anual

LIMITAÇÕES

Satélite

Foto

São necessárias cerca de 220 imagens do satélite para cobertura total da Amazônia

Fonte: Inpe

Os sistemas de monitoramento — Foto: Criação O GLOBO

Câmara lembra que dados nacionais de desmatamento são fundamentais em negociações internacionais. Para especialistas, o Brasil não precisa de novos sistemas além dos do INPE. E o Brasil tem ainda sistemas como o MapBioma, que funciona complementarmente com a participação de instituições de pesquisa e da Google.

Para os especialistas, o governo brasileiro precisa sim alocar recursos para que o sistema existente funcione em plenas condições, além de implementar ações de fiscalização baseadas nos dados apontados.

Não é somente com imagens de satélite e interpretações superficiais que se monitora desmatamento. Monitoramento não é um mapa. É um sistema com camadas densas de informação. Isso é uma coisa extremamente séria e depende de uma série de análises. O Inpe sempre tomou esse cuidado. Pense na gravidade de um exame de câncer. O diagnóstico tem que ser preciso e não sujeito a erros, pois dessa informação depende uma vida. Os dados do desmatamento são a mesma coisa. Precisam ser e são precisos e cuidadosos e dizem respeito à floresta e à economia — frisa Câmara.

Os sistemas de monitoramento — Foto: Criação O GLOBO

O mero envio de imagens de satélites e informações está a anos-luz de ser monitoramento ambiental. A Starlink não faz esse tipo de serviço que, por sua complexidade, jamais poderia ser montado e oferecido numa escala de meses, dizem cientistas.

— É inviável pensar num novo sistema em poucos meses.

Isso é impossível, um blefe. Apostar nisso parece uma medida desesperada para tentar negar a realidade do desmatamento. E isso é outra coisa impossível porque existe uma rede de satélites internacionais captando dados o tempo todo e que revelariam informações erradas _ diz Câmara.

O monitoramento é um sistema complexo, no qual as imagens são apenas parte. O sistema associa a dados de campo e usa algoritmos sofisticados e altamente especializados para combiná-los. A interpretação cabe a cientistas com experiência em sistemas de informação e no próprio bioma.

_ A classificação feita por cientistas continua a ser superior à produzida por qualquer sistema de inteligência artificial. A máquina tenta replicar o que o ser humano faria. E temos o melhor sistema do mundo. O que tem falhado terrivelmente é a fiscalização das áreas desmatadas apontadas pelo monitoramento _ destaca Raoni Rajão, professor de Gestão Ambiental da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e autor de numerosos estudos sobre desmatamento e uso do solo no Brasil.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) tem os sistemas mais avançados do mundo para o monitoramento da Amazônia. Ele é composto por dois programas. O primeiro é o Programa de Monitoramento do Desmatamento (Prodes), criado em 1989 e que calcula anualmente a taxa de desmatamento na Amazônia.

Em 2004 foi criado o Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), que apoia o Ibama e outros órgãos federais e estaduais em ações de combate. Os dois sistemas do Inpe são complementares.



O presidente Jair Bolsonaro e o bilionário Elon Musk durante encontro em São Paulo. — Foto: Reprodução Twitter

O país conta também com o MapBiomas, que emite dados complementares. O país ainda tem o sistema do Imazon.

O Prodes é respeitado em todo o mundo. Seus dados servem para estudos científicos internacionais. Até 25 de abril somavam 1.442 os artigos publicados em 469 periódicos científicos internacionais de grande impacto com base nos dados gerados pelo Inpe.

A conexão de internet da Amazônia, porém, é bem-vinda. Tasso Azevedo, coordenador do MapBiomas, diz que a rede a Starlink poderá conectar áreas remotas, mas frisa que ela não se presta para monitorar o desmatamento no Brasil, país que tem o sistema mais sofisticado do planeta para esse propósito.

A falta de acesso à internet é uma realidade amazônica e se espera que possa ajudar na conexão de povos da floresta, acesso à educação e envio de denúncias de violações ambientais e de direitos humanos. O próprio MapBiomas desenvolve um projeto chamado "Internet para os povos

da floresta”, que visa a levar a internet para todas as comunidades indígenas, quilombolas e extrativistas.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 20/05/2022

LIRA ARTICULA REGRA DE ICMS QUE TIRA ATÉ R\$ 100 BILHÕES DOS ESTADOS

Com aval do Planalto, presidente da Câmara costura medida que pode representar um baque no caixa dos estados: a padronização das alíquotas de ICMS em 17% para energia e combustíveis

Por *Fernanda Trisotto, Camila Zarur, Alice Cravo, Jussara Soares, Geralda Doca, Raphaela Ribas e João Sorima Neto* — Brasília, Rio e São Paulo



O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira — Foto: Cristiano Mariz

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados, articula, com o apoio do Palácio do Planalto, uma medida que pode representar um baque no caixa dos estados: a padronização das alíquotas de ICMS em 17% para energia e combustíveis.

O objetivo é frear a inflação, que prejudica a popularidade de Jair Bolsonaro em ano de eleição. Como esta é a base da arrecadação dos governos

locais — por ser de difícil sonegação — as alíquotas chegam a superar os 30% para estes produtos em alguns estados. Caso a proposta avance, os estados poderiam ter uma redução de R\$ 70 bilhões a R\$ 100 bilhões por ano, de acordo com cálculos de alguns governos locais, em caráter reservado.

Lira anunciou que o projeto será votado na terça-feira. A proposta, do deputado Danilo Forte (União-CE), passa a considerar serviços de energia elétrica, combustível, telecomunicações e água como essenciais, o que limita a alíquota do tributo que pode ser aplicada.

Os parlamentares aprovaram requerimento de urgência para a tramitação do texto na última quarta-feira. Fontes do governo dão como certa a retirada dos serviços de telecomunicações do projeto.

— Aí nós vamos ter a real clareza de quem quer diminuir o preço de combustível, de energia, de transporte, de telecomunicações no Brasil — afirmou o presidente da Câmara.

Embora Lira esteja encabeçando o projeto, ele conta com apoio do Planalto, que vê na iniciativa uma grande oportunidade eleitoral para Bolsonaro. Oficialmente, contudo, o parlamentar teve a iniciativa:

“O anúncio do presidente da Câmara, Arthur Lira, de pautar o projeto que classifica combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transportes como bens e serviços essenciais para votação em plenário é um passo importante rumo à justiça social que buscamos para os brasileiros. É importante o apoio do Congresso a essa matéria, cuja tramitação está sendo muito bem conduzida pelo presidente Arthur Lira”, escreveu *Ciro Nogueira*, ministro-chefe da Casa Civil, em uma rede social.

Analista vê queda na conta

Lira chegou a se encontrar, ontem, com Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado, para tratar do assunto. Pacheco se mostrou contrário à proposta de padronização do ICMS em 17% para combustíveis e energia. Ele acredita que isso fere a autonomia dos estados, que perderão a chance de estabelecer suas políticas tributárias.



Oficialmente, contudo, diz que levará o assunto ao debate: “Comprometi-me a levar aos líderes o tema que pode contribuir para a redução do impacto dos tributos estaduais sobre o preço dos combustíveis”, escreveu Pacheco em uma rede social.

A redução na alíquota do ICMS sobre combustíveis e energia pode ter impacto pesado sobre as contas dos estados. Só em 2021, os dois itens responderam por 27,4% da arrecadação dos estados com o tributo, o que representa R\$ 178,9 bilhões dos R\$ 652,4 bilhões coletados.

O efeito pode ser ainda maior se for considerada uma redução nas alíquotas de transporte coletivo e telecomunicações, conforme consta na proposta do deputado Danilo Forte.

A mudança, que altera o Código Tributário, é vista como uma forma de burlar a autonomia dos estados para fixar as alíquotas do tributo e promete ser mais um fator de atrito entre governadores e Executivo.

Ontem, governo e estados se reuniram no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para discutir mudanças no ICMS sobre o diesel, após vitória de Bolsonaro no STF, em decisão que obriga os governos locais a adotarem alíquota única. Não houve avanço na reunião.

Para o advogado tributarista Donovan Mazza Lessa, sócio do escritório Maneira Advogados, o limite de 17% no ICMS de combustível e energia elétrica deveria ser discutido no âmbito de uma reforma tributária mais ampla:

— Os estados calibram as alíquotas de acordo com os recursos de que precisam. Energia, telecomunicações, combustíveis são as principais fontes de arrecadação com o ICMS. Uma redução certamente impactará negativamente o caixa. Fazer com que o ICMS seja reduzido por imposição pode ser uma inversão de competências, já que se trata de um imposto estadual.

Ele lembra, porém, que a Constituição prevê que o ICMS tenha alíquota maior para itens supérfluos e menor para itens essenciais.

Risco de quebrar estados

Segundo Wagner Ferreira, diretor institucional e jurídico da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), a adoção do limite de imposto resultaria em redução de 10% na conta de luz.

— Energia é bem essencial, deveria ter imposto menor. E a mudança teria efeito rebote positivo na cadeia — disse, destacando que Mato Grosso, Amapá e Roraima já têm alíquotas de 17% de ICMS na energia.

Afonso Henriques, ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica, pondera, porém, que a mudança afetará também os municípios:

— É uma mudança estrutural. Grande parte do ICMS (50%) vai para os municípios. Como vão viver? Provavelmente muitos governos locais vão romper com o limite de gastos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Professor do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT), o advogado Fernando Zilveti afirma que a limitação do ICMS de energia e combustíveis a 17% pode quebrar alguns estados:

— Em alguns estados, a arrecadação com energia e combustíveis representa 80% do total com o ICMS. Muitos estados não seguram essa redução porque estão comprometidos com folha de pagamento, além das despesas obrigatórias com saúde e educação. Podem até quebrar. Trata-se de medida populista para tentar reeleger o presidente.

BOLSONARO DIZ QUE INFLAÇÃO É QUESTÃO MUNDIAL EM ENCONTRO COM EMPRESÁRIOS NO RIO

Em almoço no restaurante Figueira Rubaiyat, ele lembrou os casos de corrupção na Petrobras e citou preocupações com o desabastecimento de alimentos

Por Bruno Rosa — Rio de Janeiro



O presidente Jair Bolsonaro (PL) Agência O Globo / 04-05-2022 — Foto:

Em encontro com empresários e embaixadores, o presidente Jair Bolsonaro disse que a inflação é uma “questão mundial”. Ao discursar por cerca de sete minutos durante um almoço feito no restaurante Figueira Rubaiyat, no Jardim Botânico, na Zona Sul do Rio, nesta quinta-feira, ele lembrou os casos de corrupção na Petrobras e citou preocupações com o desabastecimento de alimentos.

Mas, por outro lado, teceu elogios próprios. Em áudio obtido pelo GLOBO, ele disse que a condução da política externa “vai muito bem”, que o país “se conduziu muito bem na pandemia” e que “não se ouve mais falar em corrupção”. E lamentou que a condução da pandemia foi tirada de sua mesa presidencial.

Estavam presentes embaixadores, executivos nacionais e estrangeiros, além do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, ministros de Minas e Energia (Adolfo Sachsida) e Meio Ambiente (Joaquim Leite), além do presidente do BNDES (Gustavo Montezano), da Petrobras, José Mauro Ferreira Coelho, e de Eduardo Eugênio, da Firjan.

Além de agradecer a empresários brasileiros e estrangeiros, Bolsonaro lembrou da presença de embaixadores. Citou nominalmente os representantes de África do Sul, Bélgica, Burkina Faso, Espanha, Estados Unidos, Filipinas, Indonésia, Iraque, Japão, Kuwait, Romênia, Singapura, Suíça, Uruguai, Rússia, Portugal, Bielorrússia e Moçambique.

- Isso demonstra a condução da política externa brasileira que vai muito bem, em especial pela credibilidade que o governo transmite em suas viagens mudo afora. E também pelo interesse no nosso Brasil. O mundo está de olho no Brasil. O Brasil deixou de ser um país do futuro. É um país do presente. É uma demonstração inequívoca do que é o Brasil para o mundo, do que nós representamos. E desse ainda novo mercado da economia verde. O Brasil desponta com uma potência e o Brasil, um país fantástico, acolhe a todos de braços abertos.

Disse ainda que a confiança e certeza nos contratos fazem do Brasil um “porto seguro”:

- O mundo todo está globalizado e problemas que acontecem até do outro lado do mundo, a 20 mil quilômetros, representa algo para todos nós aqui.

Lembrou que a “inflação é uma questão mundial”:

- Não existe país que não esteja sofrendo os reflexos da inflação, em especial a questão da pandemia. E em muitos países também já se nota a possibilidade de desabastecimento. É uma preocupação grande de todos os chefes de Estado, a sua segurança alimentar. E todos voltam os olhos para o Brasil, um país que é uma potência agrícola. Um país que a agricultura, em especial, não parou.

Bolsonaro disse que o "Brasil se conduziu muito bem por ocasião da pandemia", com "um esforço federal muito grande para que a economia não entrasse em colapso":

-Talvez, aproveitando os embaixadores, o único chefe de Estado do mundo, digo, talvez, que não aceitou, 'o fica em casa que a economia a gente vê depois'. Lamentavelmente a condução da pandemia foi tirada da minha mesa presidencial, mas o Brasil fez a sua parte colaborando com os Estados e municípios e mais com os mais humildes, quando foram obrigados a ficar em casa e não perderam toda sua renda. Não tivemos nem um problema social do Brasil, porque nós acolhemos a essas pessoas. Estamos voltando à normalidade. Já se nota sinais claros do que acontece.

No final de suas palavras, citou ainda a presença do presidente da Petrobras para lembrar que a dívida da estatal chegou a R\$ 900 milhões entre 2003 e 2015:

-Deixar bem claro aqui, já que está aqui o presidente da Petrobras. E quero agora falar com os mais humildes que estão ali atrás que vão nos servir daqui a pouco para sentirem um pouco o que era o Brasil de poucos anos. O endividamento da Petrobras de 2003 a 2015 chegou na casa dos R\$ 900 bilhões. Corrupção, desmandos, mal feitos, projetos começados e não concluídos, entre outras tantas coisas. Esse montante seria suficiente para construir 60 vezes uma transposição do Rio São Francisco. O Brasil que muda e não se ouve mais falar em corrupção.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 20/05/2022

SEM CONCORRENTES, ECORODOVIAS VENCE LEILÃO DE CONCESSÃO DAS RODOVIAS DO SISTEMA RIO/ VALADARES

Empresa ofereceu desconto de 3,11% sobre a tarifa mínima de pedágio; não houve pagamento de valor de outorga

Por João Sorima Neto e Ivan Martínez-Vargas — São Paulo



Ecorodovias vence leilão de concessão das rodovias do sistema Rio/ Valadares — Foto: Reuters

Sem concorrentes, a Ecorodovias venceu o leilão de concessão do sistema rodoviário Rio-Valadares, que tem 726,9 quilômetros de estradas entre o Rio de Janeiro e Governador Valadares, em Minas Gerais. A empresa foi a única interessada no ativo e ofereceu o menor valor da tarifa de pedágio, principal critério do certame.

A empresa ofereceu um desconto de 3,11% sobre a tarifa básica. O máximo permitido pelo edital era de 17,5%. O leilão aconteceu nesta sexta, na sede da B3, em São Paulo.

As tarifas básicas de pedágio definidas para a concessão foram de R\$ 0,16092/Km para pista simples, sendo a pista duplicada de R\$ 0,22528/km, 40% maior em relação à tarifa de pista simples. Não houve pagamento de valor de outorga. Como o desconto sobre o valor do pedágio não foi o máximo previsto pelo edital, o valor da outorga é zero.

Marcello Guidotti, presidente da Ecorovias, disse que os investimentos previstos vão aumentar a segurança, tornar mais fluída e moderna a rodovia. A empresa já opera três concessões de rodovias em Minas e a ponte Rio/Niterói, no Rio de Janeiro. Com a vitória, amplia a presença nesses estados.

- Estamos sempre à procura de novas oportunidades. Este contrato traz novidades na área ESG e prevê compensação de 100% dos gases CO2 emitidos, além de duas usinas fotovoltaicas



reduzindo o impacto ambiental da obra. Passamos a operar 4 mil quilômetros de rodovias no país, o que nos torna o maior operador de rodovias no Brasil - disse Guidotti.

Haverá novidades como desconto de 5% para motoristas que usarem o sistema de cobrança automática nos pedágios. Também será implementado o sistema free flow de pagamento eletrônico com base na distância percorrida.

Por 30 anos, a nova concessionária vai explorar e operar esse sistema. O edital prevê que sejam feitas melhorias como 303,2 km de obras de duplicação, 255,2 km de faixas adicionais, 85,5 km de vias marginais, 775 melhorias de acessos, 75 passarelas e 57 passagens de animais. Prevê ainda investimentos de R\$ 11,3 bilhões em melhorias e ampliação de capacidade. A expectativa é de criação de 150 mil empregos, diretos e indiretos.

Trata-se da única rota, a partir da cidade do Rio de Janeiro, disponível para se contornar a Baía de Guanabara, permitindo o acesso à Região dos Lagos, ao norte do Estado, e às regiões Norte e Nordeste do país, segundo o edital. O trecho também faz a ligação entre as cidades do Rio de Janeiro e Governador Valadares, sendo estratégico pela extensão e pelo volume de tráfego, junto com outras duas rodovias, a BR-040/MG/RJ e BR-116/RJ/SP.

O ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, disse que trata-se de uma parceria "ganha/ganha" e que estava feliz que um grupo que já opera ativos como a ponte Rio/Niterói tenha vencido o certame. Ele disse que investidores internacionais estão de olho no Brasil e querem parcerias com empresas com musculatura.

- Ficamos satisfeitos que os leilões tem sido um sucesso - afirmou.

Para tentar atrair mais investidores para as próximas 40 concessões previstas, o ministro da Infraestrutura esteve em Nova York, na semana passada, em "road show" para divulgar o programa de concessões federais a investidores internacionais. Ele visitou grupos como o Global Infrastructure Partners (GIP), o GIC (fundo soberano de Cingapura) e o australiano Macquarie, além dos bancos como UBS e Bank of America.

Estão previstas 12 praças de pedágio distribuídas da seguinte forma: na BR-116/RJ são três praças de pedágio, sendo duas localizadas em Viúva Graça, e uma em Magé. Também haverá duas praças na BR-493/RJ, em Itaboraí e Itaguaí. Já em Minas, na BR-116/MG, são sete praças de pedágio previstas em Leopoldina, Bom Jesus da Cachoeira, Miradouro, Orizânia, Santa Bárbara do Leste, Inhapim, Governador Valadares.

Para o advogado Rodrigo Campos, ex-diretor da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) e sócio do escritório Porto Lauand, a concessão da Rio/Valadares é um projeto robusto e mais de 700km de rodovias, o que naturalmente provocou uma seleção natural dos participantes, afastando grupos de pequeno e médio porte.

Ele lembra que os leilões mais recentes de rodovias têm sido disputados só por dois players (A própria Ecorodovias e a CCR), é sempre frustrante quando só há um interessado.

- Isso é fruto do cenário econômico desafiador (inflação dos insumos, guerra, etc) e da grande quantidade de projetos de infraestrutura no 'pipeline' da União e dos estados, o que faz com que mesmo grupos grandes e capitalizados sejam mais seletivos e conservadores em suas avaliações e escolhas de prioridades de investimento - observa Campos.

Na Rio/Valadares, por exemplo, o governo usou uma nova combinação de IPCA (70%) e IGP-DI (30%) para o reajuste de tarifas da concessionária, a fim de reduzir a imprevisibilidade de custos em torno dos insumos, como o asfalto.

- As mudanças feitas no edital trazem segurança jurídica e garantias necessárias para o projeto - disse Guidotti.

Campos afirma que a participação da Ecorodovias era esperada, já que estão próximos do trecho, com a Eco ponte, a Eco135 (estadual em Minas Gerais) e com a Eco 101, no Espírito Santo. Com a Rio/Valadares, diz o advogado, a Ecorodovias, fortalece o portfólio na região e ganha ainda mais escala.

O governo vem tornando os editais de concessão de rodovias para tentar atrair mais interessados. Mas não tem conseguido o interesse de novos "players", tendo ficado dependente da CCR e da Ecorodovias nas últimas grandes concessões à iniciativa privada. A Ecorodovias levou a concessão da BR-153 entre Goiás e Tocantins, em abril do ano passado. Já a CCR ganhou a relicitação da Presidente Dutra (Rio-São Paulo), no leilão realizado em outubro passado.

Mesmo com apenas um interessado, o governo avaliou como positivo o resultado leilão. Em algumas tentativas de concessões rodoviárias, por exemplo, não apareceram interessados. Em abril deste ano, o governo de São Paulo suspendeu por prazo indeterminado o leilão da parceria público-privada para a construção e a operação do trecho Norte do Rodoanel Mário Covas, com 44 km de pistas. A suspensão, um dia antes do certame, foi vista como uma saída para evitar um 'vexame' pela falta de interessados.

No âmbito federal, o Ministério da Infraestrutura suspendeu em fevereiro o leilão concessão da chamada Rodovia da Morte, lote de 670 km que compreendia trecho da BR-381 de Belo Horizonte a Governador Valares e da BR-262 de João Molevade (MG) até Viana (ES).

Fonte: O Globo - RJ

Data: 20/05/2022

GOVERNO BOLSONARO ANUNCIA PARCERIA COM EMPRESA DE MUSK, MAS NÃO APRESENTA CONTRATOS

Satélites da empresa do bilionário americano irão compartilhar dados para identificar focos de desmatamento e conectar escolas em zonas rurais da Amazônia

Por Ivan Martínez-Vargas — São Paulo



Governo Bolsonaro anuncia parceria com empresa de Elon Musk, mas não apresenta contratos — Foto: AFP

O governo brasileiro anunciou nesta sexta-feira uma parceria com a Starlink, de Elon Musk, para a instalação de satélites de monitoramento na Amazônia. A intenção é que a companhia compartilhe dados dos aparelhos para identificar focos de desmatamento e eventualmente conectar escolas em zonas rurais da região.

A iniciativa com a empresa do bilionário americano foi acertada durante um encontro no Hotel Fasano Boa Vista, em Porto Feliz, no interior de São Paulo. Não foram apresentados contratos, divulgados valores para o acordo e não há dados sobre como essa parceria seria viabilizada nem quais contrapartidas exigiria.

Após o evento, que também contou com a participação de empresários, o ministro das Comunicações, Fábio Faria, explicou que os satélites orbitariam a baixa altitude, a apenas 550 quilômetros da superfície. Trata-se de uma distância inferior aos usuais 36 mil quilômetros dos equipamentos tradicionais. Questionado sobre os riscos à soberania nacional de se permitir a atuação desses aparelhos na Amazônia, o ministro afirmou que os equipamentos já funcionam.



— Quem libera os satélites (para a Starlink) não é o governo brasileiro. Eles já estão lá. Queremos que as informações que eles possuem sejam compartilhadas com o governo brasileiro – diz Faria.

Em janeiro, no entanto, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) atendeu a um pedido da Starlink para permitir a exploração comercial de seus satélites de órbita não estacionária no Brasil.

Segundo Faria, a Starlink já conta com cerca de 2.000 satélites, e terá 40 mil "no futuro", sem precisar datas. Ele diz que satélites da empresa poderiam "ouvir o barulho da motosserra" e que, munido desses dados, o governo brasileiro poderia combater mais efetivamente queimadas e desmatamentos ilegais.

Sob o governo Bolsonaro, os números de desmatamento na região têm crescimento expressivo. A Amazônia Legal teve o maior número de alertas do tipo no primeiro trimestre desde ano.

Faria também declarou que a Base Aérea de Alcântara está disponível para a SpaceX, empresa aeroespacial de Musk, para lançamentos.

O presidente Jair Bolsonaro disse que a conversa, programada para ocorrer inicialmente em março e adiada devido à Guerra da Ucrânia, é "o início de um namoro que com certeza será um casamento".

Ao lado de Bolsonaro, Musk foi questionado sobre como poderia garantir que suas operações na Amazônia promoveriam a preservação.

- Você pode produzir muitas imagens e vídeos para tentar entender o que está acontecendo. Você precisa dessa conectividade – respondeu.

A tecnologia da Starlink permite somente conexão remota e envio de fotos e vídeos, como qualquer troca de arquivos, por exemplo, via Whatsapp.

Segundo especialistas, apenas um monitoramento – ou seja, uso de sistemas que façam a interpretação das imagens captadas a partir de um profundo conhecimento da área – permite a preservação, afirmam especialistas.

Esse monitoramento, cujos sistemas no Brasil têm enorme respaldo científico internacional, mostra que o desmatamento avança na Amazônia, ao contrário do que o presidente Bolsonaro sugeriu.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 20/05/2022

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

A PRIVATIZAÇÃO DE UMA ESTATAL PRECISA IR ALÉM DA GERAÇÃO DE RECURSOS DE CURTO PRAZO

Sachsida e Guedes incluíram Petrobras e PPSA em um suposto plano de privatização; qual o objetivo, se é que existe algum, além de gerar receitas fiscais de curto prazo?

Por Laura Karpuska, O Estado de S.Paulo*

Nos primeiros dias como ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida disse que gostaria de privatizar a Petrobras. A privatização da empresa vai na contramão do discurso intervencionista, e pouco republicano, do presidente Jair Bolsonaro.



Bolsonaro já trocou o presidente da empresa duas vezes. As duas mudanças ocorreram em meio à escalada de preços de combustíveis. Em maio do ano passado, Bolsonaro disse para apoiadores na frente do Palácio da Alvorada que “é para interferir mesmo” na companhia. Afinal, ele é o presidente. Bolsonaro também reclamou recentemente do alto lucro da empresa. Mas não comentou que esse lucro retorna sob a forma de dividendos para os acionistas, entre os quais, estão o próprio governo e vários fundos de pensão.

Sachsida e Guedes incluíram não apenas a petroleira em um suposto plano de privatização, mas também a PPSA. A estatal não possui ativos, mas é a controladora dos contratos do regime de partilha de óleo do pré-sal feitos no governo Dilma. Em 2020, Guedes já havia comentado seu desejo de privatizar a PPSA, dizendo que isso poderia gerar R\$ 500 bilhões em arrecadação para a União. Na ocasião, o ministro disse que o recurso poderia ser utilizado para pagar a conta da pandemia ou para ampliar programas sociais. Qual o objetivo do ministro, se é que existe algum, além de gerar receitas fiscais de curto prazo?

A privatização de uma empresa, especialmente do porte da Petrobras, e a venda de contratos futuros de petróleo, hoje controlados pela PPSA, precisam ir além da geração de recursos de curto prazo. Discutir privatização é discutir o papel do Estado na economia. Privatizar é fazer a escolha de não ter o governo federal como maior acionista de uma empresa monopolista em um grande setor da economia. Muitas perguntas devem ser feitas. Por que se privatizaria a Petrobras? O que o Estado quer com esta política? O que nós queremos do Estado?

Apesar do barulho com a privatização da empresa, é claro que os esforços estão mesmo voltados para um controle de preços temporário ou uma política de suavização de reajuste de preços – algo que poderia ser até positivo, a depender de como desenhado. O discurso de privatização por ora tira o foco de outras políticas que poderiam ser viáveis, do discurso desestabilizador do presidente e de catástrofes legislativas que vão passando em outras áreas, como homeschooling.

Chega a ser cômico ver o mesmo governo que interfere na empresa – e em tantas outras instituições – defender sua privatização.

*PROFESSORA DO INSAPER, PH.D. EM ECONOMIA PELA UNIVERSIDADE DE NOVA YORK EM STONY BROOK

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 20/05/2022

ENTENDA O QUE É O PROJETO QUE ENVOLVE SATÉLITES DE ELON MUSK OPERANDO NO BRASIL

Internet da Starlink funciona enviando informações através do vácuo do espaço, o que a torna mais eficiente em lugares remotos

Por Redação, O Estado de S.Paulo

A reunião do bilionário americano Elon Musk com o presidente Jair Bolsonaro, agendada para esta sexta-feira, 20, no interior paulista, envolve um projeto da Starlink, empresa de Musk, para operar satélites de órbita baixa no Brasil.

Fábio Faria (Comunicações) se encontrou com Elon Musk em dezembro do ano passado para tratar do projeto. Segundo o ministro, o governo federal quer utilizar satélites de órbita baixa para levar internet para áreas rurais e lugares remotos, além de ajudar no controle de incêndios e desmatamentos ilegais na floresta amazônica.

A Internet da Starlink, de acordo com informações da empresa, funciona enviando informações através do vácuo do espaço, onde se desloca mais rapidamente do que em cabos de fibra óptica, o que a torna mais acessível a mais pessoas e locais.



Starlink é a empresa de satélites de Musk; satélites são de órbita baixa e, segundo a empresa, diminuem o tempo de envio e recepção de dados entre utilizador e satélite. Foto: The New York Times

O que é a Starlink?

A Starlink nasceu em 2015 como um braço da SpaceX, de turismo espacial. Atuando de forma quase independente hoje, o projeto promete colocar 42 mil de satélites em órbita baixa (entre 500 km e 2.000 km de altitude) para “vender” internet por uma assinatura mensal, semelhante ao que fazem as operadoras de telecomunicações, que instalam redes de infraestrutura com antenas em terra.

No projeto de Musk, esses satélites criarão uma rede capaz de cobrir todo o Planeta, incluindo regiões remotas e rurais - o que aumenta o potencial de inclusão e expansão de negócios. Essa é a importância de ter um grande volume de satélites: cada um dos equipamentos se liga em rede, garantindo que não existam áreas sem cobertura conforme o globo terrestre se movimenta.

Musk, no entanto, descarta cobrir o Ártico e a Antártida. Apesar do barulho do bilionário, internet por satélites de baixa órbita não chega a ser uma novidade, considerando que operadores tradicionais, como a Embratel, já oferecem algo similar.

Qual é a vantagem da conexão de internet por satélite?

O principal objetivo da internet por satélite é levar conexão a um custo menor do que mover pesadas infraestruturas de cabeamento (como fibra ótica) e antenas para locais distantes de centros urbanos.

Nesse sentido, “conectar” a Amazônia, como quer o governo brasileiro, pode ficar mais fácil, já que esse mercado também encontra poucos competidores — rivais como Viasat, HughesNet e Project Kuiper (da varejista Amazon) estão no ramo.

Qual é a velocidade de conexão da Starlink?

A Starlink promete o que chama de alta velocidade e baixa latência: entre 100 Mbps e 200 Mbps de rapidez na conectividade, com latência de 20 ms. Musk afirma que o serviço deve ficar melhor com o tempo, conforme mais satélites entram em órbita.

A Starlink já está em operação no Brasil?

Não. O serviço da companhia está atualmente disponível apenas para alguns países da América do Norte, Europa e Oceania.

Em janeiro, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) deu aval ao pedido da Starlink para operar satélites de órbita baixa no Brasil.

Qual é o preço da assinatura da Starlink?

Nos países onde a Starlink está disponível, as assinaturas saem por US\$ 99, além de ser necessário desembolsar outros US\$ 499 para a instalação do modem em casa. Não é possível saber o quanto seria cobrado no Brasil.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 20/05/2022

PROJETO DE ICMS PODE TIRAR R\$ 70 BI DE ESTADOS E MUNICÍPIOS, DIZ ESTUDO

Câmara deve colocar em pauta na próxima semana limite para imposto regional sobre combustíveis, energia e telecomunicações

Por Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Se combustíveis, energia e telecomunicações tiverem a alíquota máxima do ICMS fixada em 17%, Estados e municípios devem perder cerca de R\$ 70 bilhões de arrecadação por ano. A previsão é do economista Sergio Gobetti, especialista em finanças públicas que monitora as contas dos governos regionais.

A fixação de alíquota máxima de 17% do ICMS (tributo cobrado pelos Estados) sobre energia, combustíveis, telecomunicações e transportes está prevista em projeto de lei complementar (PLP) que o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), quer pautar na próxima semana.

Lira cobra uma saída conjunta entre Congresso, governo e Judiciário para os aumentos de energia e combustíveis. Para pressionar os Estados a reduzir os tributos, ele ameaçou pôr em votação o projeto.

A urgência para a tramitação foi aprovada na noite de quarta. Um projeto de decreto legislativo, que também tramita em regime de urgência, suspende os reajustes da tarifa de energia na Bahia, no Ceará e no Rio Grande do Norte, podendo ter efeito geral para outros aumentos aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).



Estudo estima que o projeto de ICMS pode tirar R\$ 70 bi dos cofres de Estados e municípios Foto: Werther Santana/Estadão

Os setores de combustíveis, energia e telecomunicações são chamados de blue chips (mais valiosos) para a tributação do ICMS porque, tradicionalmente, respondem por uma significativa fatia da sua receita. Há 15 anos, chegaram a responder por mais de 40% da arrecadação. Hoje, respondem por um terço. Isso ocorre porque,

segundo Gobetti, esses são os únicos produtos tributados no destino (onde os serviços ou produtos são consumidos) e, portanto, fora da guerra fiscal travada entre os Estados.

Além disso, as suas alíquotas foram elevadas ao longo das últimas décadas para compensar a perda de receita com benefícios para os demais setores econômicos. Em alguns Estados, a queda seria de 30% para 17%.

“Reduzir o ICMS da gasolina e da energia sem, ao mesmo tempo, eliminar a montanha de benefícios fiscais em vigor é populismo fiscal e irresponsabilidade”, diz Gobetti. Para ele, a melhor forma de corrigir essas distorções e uniformizar a carga tributária do País seria aprovar a PEC 110 da reforma tributária que o Senado tenta aprovar este ano, sob resistências. A reforma tributária prevê tratamento mais uniforme para todos os produtos e serviços do País, eliminando as diferenças de carga tributária entre as blue chips e outras mercadorias e serviços.

O Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (Comsefaz) está preparando os cálculos do impacto do projeto para divulgar aos parlamentares. O ICMS é repartido pelos Estados com os municípios, que também terão o caixa reduzido se o projeto avançar. Os Estados e os municípios já estão perdendo receita com o corte de 35% do IPI.

Pressão sobre os Estados



O Ministério da Economia considera que os governadores estão com o caixa cheio e podem dar uma contribuição maior para baratear o preço dos combustíveis. O governo já zerou sua tributação do diesel, mas conta com armas reduzidas para atacar os preços altos – considerados pelo núcleo político do presidente Jair Bolsonaro uma das principais ameaças à reeleição.

Na Câmara, o projeto será discutido na terça-feira, em reuniões de lideranças. A proposta é de autoria do deputado Danilo Forte (União Brasil-CE). O relator será o deputado Elmar Nascimento (União-BR). Como mostrou o Estadão/Broadcast, o projeto foi discutido na quarta-feira na residência oficial do presidente da Câmara com o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 20/05/2022

PANDEMIA E GUERRA NA UCRÂNIA ADIAM O FIM DA 'ERA DO PETRÓLEO'

Falta do produto elevou preços e mostrou que a era do petróleo pode durar mais do que previam ambientalistas, que decretaram seu fim nos próximos 30 anos; países organizam leilões para a exploração de novos campos

Por Denise Luna, O Estado de S.Paulo

A retomada da economia após dois anos de pandemia de covid-19 e a invasão da Ucrânia pela Rússia trouxeram o petróleo de volta para o centro das preocupações mundiais. Desta vez, não pelo mal que faz ao clima do planeta (o que fez petroleiras reduzirem sua produção e investirem na transição energética), mas por sua escassez. A falta do produto elevou de forma severa os preços no mercado e mostrou que a era do petróleo pode durar muito mais do que previam os ambientalistas, que decretaram o seu fim nos próximos 30 anos.

Com a alta dos preços no mercado internacional, a commodity se tornou novamente atraente. A prova disso é a volta muito intensa dos leilões de petróleo em vários países, como revela estudo da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A estimativa é de que sejam realizados 15 leilões de áreas de exploração de petróleo e gás ao longo deste ano, sendo cinco pendentes de 2021 e 10 novas licitações. No ano passado, foram efetivados apenas seis, sendo dois no Brasil.

“Projeta-se crescimento da aprovação final de projetos greenfield (novos) neste ano e em 2023, e o interesse renovado em áreas de exploração com a recuperação dos preços do petróleo incentivando a realização de novas rodadas de licitação no mundo”, diz o estudo.

Segundo a Rystad Energy, maior consultoria de energia da Noruega, haverá neste ano um aumento de 7% no investimento global em exploração e produção de petróleo, ultrapassando os US\$ 300 bilhões. No Brasil, o Ministério de Minas e Energia estima que a produção aumente em 300 mil barris por dia no fim de 2022.

Na avaliação do presidente da Enauta, Décio Oddone, ex-diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), havia um cenário muito ruim para a indústria do petróleo nos últimos anos por causa da transição energética, com as petroleiras mudando o portfólio, principalmente as europeias, e reduzindo investimentos em exploração e produção.

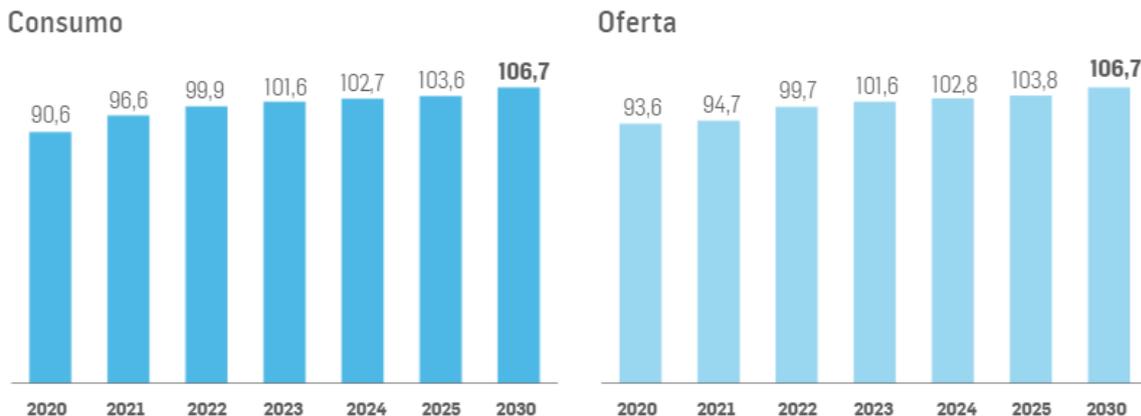
“Houve um choque de realidade. A transição energética estava sendo tratada de uma maneira muito idealista, parecia que seria feita de maneira mais rápida, reduzindo a demanda de petróleo e gás, o que não aconteceu. O que vemos nos últimos meses é que não vai ser assim. Estamos vendo um refluxo de interesse por petróleo e gás”, disse.

Petróleo em alta

O consumo e a oferta do combustível fóssil tendem a subir nesta década, apesar da necessidade de redução de emissões de carbono

Projeção de consumo e oferta mundial de petróleo

EM MILHÕES DE BARRIS POR DIA



FONTE: INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (INEEP), COM DADOS DA OPEP / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

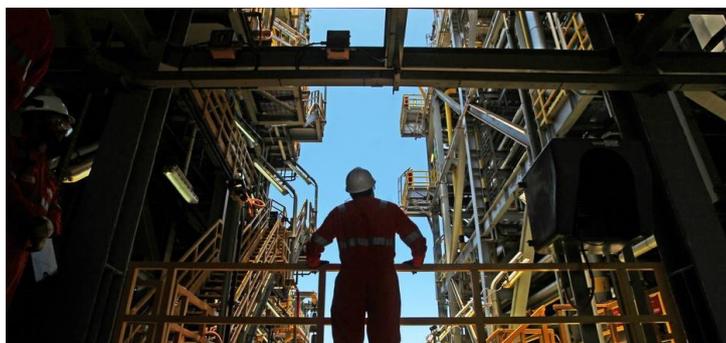
Segundo o levantamento da EPE, em razão de atrasos provocados pela segunda onda da covid-19, muitos leilões previstos para 2021 terão sua conclusão em 2022, casos de Angola, Noruega, Egito e Malásia. Em alguns, até mesmo leilões programados para 2020 vão acontecer este ano, como no Líbano.

Em 2021, o Canadá realizou duas rodadas de licitação que não tiveram interessados e programa uma próxima para 2023. Já a Índia, país que importa 85% do petróleo que refina, segue realizando leilões regulares com um cronograma bem definido, visando aumentar sua produção doméstica e reduzir sua dependência.

Entre os leilões previstos para 2022, destacam-se as rodadas de concessão na Indonésia, na Malásia, em Angola e nos Estados Unidos, regiões de comprovado potencial offshore (marítimo), que atraem interesse de muitas petroleiras. Embora não haja previsão de leilões neste ano, Noruega e Guiana são regiões que receberão fortes investimentos no setor de exploração e produção.

Caso brasileiro

No Brasil, os tradicionais leilões, que eram realizados desde 1999, foram substituídos pela Oferta Permanente, um banco de dados onde os investidores escolhem as áreas que querem explorar e concorrem por elas. Em abril, o terceiro ciclo da Oferta Permanente foi considerado um sucesso, com a participação de gigantes como Shell e TotalEnergies, petroleiras que vêm diversificando o portfólio para a energia limpa, e de cerca de uma dezena de empresas menores com grande apetite para crescer. O leilão vendeu 59 blocos para exploração e produção, ante 17 da licitação anterior.



Plataforma da Petrobras; novo presidente da estatal, José Mauro Coelho avalia que o petróleo ainda será necessário na matriz energética mundial por muito tempo. Foto: Fabio Motta/Estadão

pré-sal, sob o regime de partilha, sistema em que o governo brasileiro se torna sócio dos investidores.

O aquecimento do mercado levou o presidente da ANP, Rodolfo Saboia, a anunciar mais uma rodada da Oferta Permanente no segundo semestre, desta vez com 11 blocos da cobiçada região do

Em entrevista exclusiva ao Estadão/Broadcast, o novo presidente da Petrobras, José Mauro Coelho, também avaliou que o petróleo não está com os seus dias contados. “Continuo



acreditando que ainda por muito tempo vamos continuar precisando do petróleo na matriz energética mundial. Até porque petróleo não é só combustível, petróleo tem uma utilização vastíssima em toda a economia mundial. Ficou muito claro no conflito entre Rússia e Ucrânia que a transição energética deve ser feita com segurança energética”, explicou.

Segurança energética

Já para o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie) Adriano Pires, é natural ver o retorno dos leilões de petróleo em um momento de preços altos e demanda apertada, principalmente após a invasão da Ucrânia pela Rússia, que alertou o mundo para o risco de desabastecimento de combustíveis. O diesel, especificamente, teve sua oferta global fortemente reduzida pela disputa dos mercados.

De acordo com Pires, a percepção de que o petróleo traz segurança energética deve fazer com que a “demonização” do combustível fóssil seja desacelerada. “Não que a transição energética vá parar, vai continuar, mas acho que olhando um pouco além da simples troca de combustível fóssil pelo renovável, olhando questões como a eficiência energética, que é a melhor forma de reduzir a demanda sem comprometer o crescimento econômico”, afirmou.

Para a ex-diretora-geral da ANP Magda Chambriard, a volta dos leilões de petróleo é um movimento que acompanha a demanda atual pela commodity e não vai desaparecer, como alguns agentes da indústria parecem acreditar. “Todas as previsões têm algo em comum: todas elas estão erradas. A demanda por petróleo continua subindo, em um ritmo mais lento, e deve subir até 2050. Pelo menos 83% da energia consumida no mundo vem de combustíveis fósseis, seja o petróleo, o gás ou o carvão”, disse, concluindo que, desta maneira, os leilões de petróleo pelo mundo ainda terão vida longa.

Especulação

Acompanhando a demanda mundial, mas ainda longe de conseguir suprir parte do que as nações precisam hoje, a produção de petróleo dos EUA aumentou 2%, para 11,8 milhões de barris por dia, desde dezembro, e permanece bem abaixo do recorde de 13,1 milhões de barris por dia estabelecido em março de 2020, pouco antes de a pandemia paralisar a economia global.

O governo prevê que a produção americana da commodity terá uma média de 12 milhões de barris por dia neste ano e aumentará cerca de outro milhão em 2023. Esse aumento ficaria bem abaixo dos quase 4 milhões de barris de petróleo que a Europa importa da Rússia todos os dias.

A maior razão pela qual a produção de petróleo não aumenta é que as empresas de energia dos EUA e seus investidores de Wall Street não têm tanta certeza de que os preços do petróleo permanecerão altos o suficiente para obter lucro com a perfuração de novos poços.

Executivos de 141 empresas petrolíferas pesquisadas pelo Federal Reserve Bank de Dallas em meados de março ofereceram várias razões para que não estivessem produzindo mais petróleo. Eles disseram que estavam com falta de trabalhadores e areia, que é usada para escavar campos de xisto para extrair petróleo da rocha. No entanto, a razão mais relevante – dita por 60% dos entrevistados – foi a de que os investidores não querem que as empresas produzam muito mais petróleo, temendo que isso desvalorize o produto no mercado internacional.

“Você tinha essa indústria que batia no peito se apresentando como a reencarnação do espírito inovador americano, mas, agora que eles poderiam estar entrando em ação para contribuir para trazer o petróleo tão necessário para o mundo, eles estão sendo estranhamente cautelosos”, disse Jim Krane, especialista em energia da Rice University.

Movimento mundial

As companhias petrolíferas dos EUA não estão sozinhas. Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e outros membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo também se

recusaram a bombear muito mais petróleo desde que a guerra da Rússia na Ucrânia começou no final de fevereiro.

Essa relutância profunda contrasta com o comportamento típico da indústria petrolífera quando os preços subiram. Nas últimas duas décadas, as empresas petrolíferas quase sempre responderam aos preços mais altos produzindo mais. Um frenesi acompanhou o aumento dos preços no início dos anos 2000 e novamente na recuperação que se seguiu à crise financeira de 2008. Mas todo boom de preços foi seguido por um grande crash – três apenas nos últimos 14 anos. Com tal cenário, é provável que os preços continuem altos e os governos tenham de lutar contra uma inflação persistente.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*
Data: 20/05/2022



VALOR ECONÔMICO (SP)

CONEXÃO POR SATÉLITE É INFERIOR À FIBRA E SÓ VALE PARA ÁREAS REMOTAS, DIZ ASSOCIAÇÃO DE PROVEDORES

Executivos de operadoras se reuniram hoje no interior de São Paulo com o empresário Elon Musk
Por Denis Kuck, Valor — Rio



Convidados na plateia da visita de Elon Musk ao Brasil — Foto: Reprodução/Facebook

A Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint) disse hoje que o uso de satélites para expandir a conectividade no Brasil pode ser eficaz em áreas remotas. Em centros urbanos, porém, a fibra continua sendo a melhor opção, por oferecer velocidades mais rápidas.

Executivos de operadoras se reuniram hoje, em Porto Feliz, no interior de São Paulo, com o empresário Elon Musk, para discutir questões como a expansão da conectividade no país, a cobertura da região Norte com internet e o lançamento de uma constelação de satélites de baixa órbita pela Starlink, que pertence ao empreendedor naturalizado americano.

Em janeiro, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) deu aval para a Starlink iniciar a exploração comercial do seu sistema de satélites em órbita não estacionária, que ficam a uma distância aproximada da Terra de 550 quilômetros. Ao todo, seriam lançados no espaço, a médio prazo, 4.408 satélites.

“As características do sistema da Starlink, diferentemente de outros serviços satelitais, por operar em órbita baixa, permitem aplicações que demandam baixa latência [tempo reduzido de resposta], mas sempre vislumbrando áreas remotas e localidades rurais”, afirmou a associação.

De acordo com o edital do 5G, as operadoras que arremataram as frequências de 26 Mhz vão precisar investir R\$ 3,1 bilhões para conectividade nas escolas. Uma das principais preocupações do setor é oferecer cobertura em áreas rurais e na Amazônia, onde há deficiência de infraestrutura de fibra e antenas.

De acordo com a entidade, embora 98% dos municípios brasileiros tenham redes de fibra óptica dos provedores, e o país já tenha atingido o índice de 67% das conexões de banda larga em fibra óptica, ainda há áreas não atendidas ou carentes de conexão nas cidades.

A Abrint disse ainda que trabalha na divulgação dos programas de conectividade das escolas do ensino público. Recentemente, o Ministério das Comunicações, em parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), lançou projeto para cobrir oito mil escolas com internet - sendo cinco mil em áreas rurais e três mil em urbanas. A RNP será responsável por coordenar a execução técnica da iniciativa, como, por exemplo, selecionar e contratar provedores de serviços de telecomunicações. A estimativa é de que 800 mil estudantes sejam beneficiados, em 1.760 municípios.

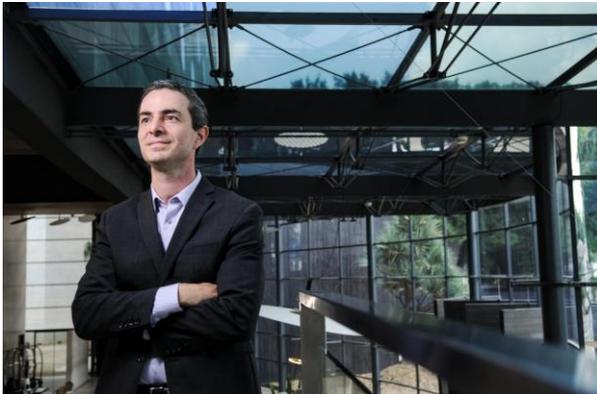
“Agora, quando pensamos no morador da cidade, que já conta hoje com um acesso de banda larga fixa em fibra, a solução da Starlink não faz sentido e fornece menos a um custo muito maior. Cada solução tem o seu nicho de mercado, mesmo para um serviço essencial”, afirmou a Abrint.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 20/05/2022

BRASIL PRECISA REDUZIR DEPENDÊNCIA DO DIESEL, DIZ PRESIDENTE DA RAÍZEN

O país é superavitário em petróleo, mas, por ser dependente de alguns produtos processados, sofre hoje num cenário em que há corrida pelo combustível

Por Fábio Couto, Valor — Rio



Para Ricardo Mussa, CEO da Raízen, incentivos ao biometano em transportes ajudariam a reduzir a dependência do diesel — Foto: Claudio Belli/Valor

O presidente da Raízen, Ricardo Mussa, disse que a matriz energética precisa ter espaço para reduzir dependência de óleo diesel.

Segundo ele, o país é superavitário em petróleo, mas, por ser dependente de alguns produtos processados, sofre hoje num cenário em que há corrida pelo combustível. Mussa ressaltou que, por causa da Guerra na Ucrânia, as refinarias no

mundo estão trocando o gás natural nos respectivos processos pelo diesel.

Além disso, no quesito ambiental, o país tem a maior parte das emissões de gases de efeito estufa no setor de transportes. Para ele, incentivos ao biometano em transportes ajudariam a reduzir a dependência do diesel. A Raízen tem projetos para conversão da vinhaça (rejeito da produção do etanol) em biometano.

Já o diretor de refino e gás natural da Petrobras, Rodrigo Costa Lima e Silva, afirmou que a atual exposição do país ao mercado de gás natural liquefeito (GNL) abre uma fronteira positiva para o biometano, especialmente por meio do RenovaBio, programa de incentivos a combustíveis renováveis.

Costa acrescentou que, com a adoção de medidas que representem avanços regulatórios do RenovaBio, a Petrobras está pronta para avançar em projetos de biorrefino, especialmente na produção de diesel renovável, com as mesmas características do correspondente fóssil.

Mussa e Costa participaram de painel do Congresso Mercado Global de Carbono, no Rio de Janeiro.

Imposto sobre combustíveis

Mussa defendeu a paridade de preços de importação utilizada pela Petrobras e disse que, se não houver paridade, a importação ficará mais cara.

O executivo ressaltou que o pagamento de impostos sobre combustíveis no ano passado foi recorde, sem revelar valores. “O mesmo deve ter acontecido com a Petrobras”, salientou.

Num cenário de alta de preços de combustíveis, o executivo destacou o papel dos consumidores no mercado, especialmente usuários de veículos automotores, equipados com motores flex, que podem ser abastecidos com gasolina, etanol ou com os dois ao mesmo tempo.

Ele destacou que os preços do etanol, em média correspondeu a 66% dos valores da gasolina nos últimos cinco anos — apesar de variações do preço atrelados à sazonalidade.

Mussa observou que boa parte dos consumidores não consome etanol mesmo com preços mais vantajosos na média, o que classifica como “decisão errada”, por vários motivos, como culturais — no passado, usar carro a álcool era mais difícil no inverno, como recordou.

Para ele, reduzir os impostos, mesmo que temporariamente, é uma saída inteligente para reduzir impactos para os consumidores. Da mesma forma, é válido adotar mecanismos de suavização de preços em cenários adversos, como acontece agora, com a Guerra na Ucrânia, ressaltando que políticas públicas adotadas no passado para baixar preços artificialmente não funcionaram.

A consequência, prosseguiu, foi que o último projeto novo de usina a etanol saiu do papel há 11 anos. “Sei que é difícil essa conversa, mas o preço tem que subir”, disse Mussa, explicando que a alta de preços sinaliza o momento do mercado.

No mesmo painel que Mussa participou, o presidente do conselho de administração da Copersucar, Luís Roberto Pogetti, disse que o etanol é “formador, não tomador de preços”.

“O consumidor só vai comprar etanol se preço da gasolina for mais caro”, pontuou Pogetti.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 20/05/2022

EXECUTIVOS SENIORES DEIXAM GIGANTE DE PETRÓLEO RUSSA ROSNEFT

O momento das saídas pode estar relacionado às sanções da União Europeia

Por Dow Jones — Londres



— Foto: Divulgação/Rosneft

A gigante estatal russa de petróleo Rosneft está demitindo executivos seniores, uma fuga de cérebros que enfraquece um dos principais impulsionadores da economia do país, enquanto Moscou ataca a Ucrânia.

Os dois principais aliados do diretor-presidente Igor Sechin, os primeiros vice-presidentes Didier Casimiro e Zeljko Runje, estão deixando a empresa, disseram

pessoas familiarizadas com a situação. A saída deles significa que Sechin, um antigo associado do presidente russo Vladimir Putin, terá que enfrentar uma crise nos mercados de petróleo russos sem seus executivos mais experientes.



Também estão saindo Otabek Karimov, vice-presidente de comércio e logística, e Eric Liron, vice-presidente de serviços de petróleo e gás, disseram algumas pessoas. Avril Conroy, que era chefe de operações de varejo, já deixou a empresa.

Todos vêm de fora da Rússia, ressaltando como a Rosneft confiou na experiência estrangeira para se tornar um dos maiores produtores de petróleo do mundo - e como a guerra ameaça reverter essa expansão. Executivos estrangeiros trouxeram conhecimento sobre técnicas de produção e práticas de negócios ocidentais. Eles ajudaram a atrair a Rosneft para investidores estrangeiros, que possuíam suas ações e lhe emprestavam dinheiro. E fortaleceram os vínculos com grandes empresas de energia dos Estados Unidos e da Europa que fizeram parceria com a Rosneft em projetos na Rússia e no exterior.

A empresa perdeu quando produtores privados dividiram os principais ativos petrolíferos da Rússia na década de 1990, mas reagiu e agora desempenha um papel fundamental na economia russa e no mercado global de energia. Uma empresa estatal detém mais de 40% das ações da Rosneft e a companhia se descreve como o maior contribuinte da Rússia. Ela produziu 3,9 milhões de barris por dia de hidrocarbonetos líquidos em 2021, de acordo com seu relatório anual, o suficiente para atender 4% da demanda global de petróleo.

Casimiro respondeu a um pedido de comentário enviado por e-mail com um trecho do poema de Oscar Wilde "The Ballad of Reading Gaol". A estrofe descreve dois navios condenados passando em uma tempestade e não se reconhecendo, com uma linha dizendo: "Não tínhamos palavra a dizer". Runje, Liron, Conroy e Karimov não responderam a pedidos de comentários. Um porta-voz da Rosneft disse que não sabia sobre as saídas.

O momento das saídas pode estar relacionado às sanções da União Europeia, segundo uma das pessoas a par do assunto. A proibição de alguns contratos com certas empresas estatais russas, incluindo a Rosneft, entrou em vigor em 15 de maio. Não está claro se isso também se aplica a contratos de trabalho. Ter cidadãos de países que impuseram sanções contra a Rússia nos cargos executivos de empresas estatais agora também é visto como menos aceitável pelo Kremlin, disse a fonte.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 20/05/2022

SHELL PRODUIRÁ HIDROGÊNIO VERDE NO PORTO DO AÇU

Memorando de entendimento prevê desenvolver uma planta piloto no porto

Por Gabriela Ruddy — Do Rio

A Shell assinou um memorando de entendimento com a Prumo Logística para desenvolver um projeto de produção de hidrogênio verde no Porto do Açú, em São João da Barra, norte do Estado do Rio de Janeiro. A parceria foi anunciada durante o evento Mercado Global de Carbono, no Rio, na tarde de ontem.

O hidrogênio verde é visto como um dos combustíveis que vai ajudar a reduzir as emissões de carbono no setor de energia nos próximos anos. O objetivo da Shell será usar a planta piloto no norte fluminense como um laboratório de pesquisa.

A previsão é que a unidade fique pronta em 2025, inicialmente com 10 megawatts (MW) de capacidade. Uma eventual expansão, no entanto, pode ampliar a capacidade para 100 MW, segundo o vice-presidente de relações corporativas da Shell, Flávio Rodrigues. "Esperamos que, numa escala menor, possamos entender os desafios da produção de hidrogênio no Brasil", disse.

O hidrogênio é produzido por um processo conhecido como eletrólise, que consome eletricidade. No caso do hidrogênio verde, a energia usada vem de fontes renováveis. A energia elétrica para o



desenvolvimento do projeto da Shell virá da própria rede de energia, por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Parte do hidrogênio gerado no projeto será destinado à armazenagem, com possibilidade de envio a potenciais consumidores depois. Outra parte do volume será destinado a uma unidade de amônia renovável.

O diretor de novos negócios e renováveis da Prumo, Mauro Andrade, explica que a amônia é vista como umas das modalidades que pode ser usada para transportar o hidrogênio no futuro.

Nesse sentido, segundo Andrade, a infraestrutura portuária será importante para viabilizar iniciativas nesse segmento. “Os grandes projetos de hidrogênio que estão sendo anunciados no mundo estão localizados em portos. Parte da comunidade que estuda o tema acredita que a melhor maneira de transportá-lo pelo mundo será por meio da amônia, que, acredita-se, pode se tornar uma commodity global relevante na próxima década”, diz.

Andrade lembra, ainda, que existe a possibilidade de que as próprias indústrias instaladas no Porto do Açú se tornem potenciais clientes futuras do hidrogênio que será produzido pela Shell no local.

“Temos infraestrutura e um conjunto de empresas instaladas que nos permite pensar em sinergias futuras e, eventualmente, no consumo do hidrogênio para os empreendimentos dentro do próprio porto”, diz.

Esse será o primeiro projeto de hidrogênio da Shell no Brasil. A companhia já tem projetos desse tipo na Alemanha, Países Baixos e China. Os investimentos para a iniciativa brasileira terão origem nos recursos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) da empresa. A companhia definiu que 30% do valor investido em P&D no mundo vai para projetos de baixa emissão de carbono.

Atualmente, as petroleiras que têm concessões de exploração e produção de óleo e gás no Brasil precisam investir 1% da receita bruta da produção dos campos que operam em P&D. Com o aumento dos preços do barril de petróleo, a Shell estima que os investimentos que fará em pesquisa em desenvolvimento este ano no Brasil vão chegar a R\$ 600 milhões.

“A área de pesquisa e desenvolvimento tem um papel fundamental na geração dos recursos necessários para a descarbonização”, afirma o vice-presidente de relações corporativas da petroleira.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 20/05/2022



G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO

DESESTATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS

Fernando Biral, diretor-presidente da Santos Port Authority, fala sobre o tema.
Por g1 Santos

Você pode ouvir o Baixada em Pauta no g1, no Spotify, no Castbox, no Google Podcasts, no Apple Podcasts, no Deezer, no Hello You ou no aplicativo de sua preferência. Assine ou siga o Baixada em Pauta, para ser avisado sempre que tiver novo episódio no ar.



Fernando Biral fala sobre a desestatização do Porto de Santos no podcast desta semana — Foto: Divulgação

A desestatização do Porto de Santos ainda é vista como um tema complexo para muitos ouvintes. A proposta é um processo que conjuga uma concessão de um ativo que pertence ao Governo Federal, com a alienação da venda das ações da empresa que hoje explora essa concessão.

Para falar sobre o assunto, o Baixada em Pauta recebe nesta semana o diretor-presidente da Santos Port Authority, Fernando Biral, que explicará quando a desestatização sairá do papel e qual a influência das eleições para o projeto. Ele também vai comentar quais as metas estipuladas para o Porto até o fim de 2022.

Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP

Data: 20/05/2022

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ÁREA NA OSX BRASIL TERÁ BASES PARA TRATAMENTO DE RESÍDUOS E LOGÍSTICA OFFSHORE

Por Danilo Oliveira OFFSHORE 20 Mai 2022



Divulgação OSX Brasil

GoTratch e Consórcio 3T Flexíveis iniciaram obras na área do antigo estaleiro OSX, no complexo do Açú (RJ). Investimentos das duas instalações somam R\$ 425 milhões.

A GoTratch Hub Ambiental Açú e o Consórcio 3T Flexíveis deram início, nesta sexta-feira (20), às obras de instalações de suas bases na OSX Brasil no Porto do Açú (RJ). Com investimento de R\$ 125 milhões, a GoTratch vai oferecer soluções ambientais para a indústria offshore e para o complexo portuário e industrial, localizado em São João da Barra, no Norte Fluminense. Já o Consórcio 3T Flexíveis está investindo R\$ 300 milhões para construir uma base de logística de flexíveis e terminal de uso privado (TUP) para apoio logístico offshore, que atenderá a Petrobras e outros clientes da indústria de petróleo e gás.

Inicialmente, a 3T Flexíveis vai ocupar 100.000 metros quadrados na área da OSX Brasil, com 460 metros de cais e quatro berços para atracação. Já a base de logística e tratamento de resíduos e efluentes industriais da GoTratch prevê o tratamento em ciclo fechado (resíduo zero) e deverá atender a demanda da indústria offshore, dos operadores da Bacia de Campos e do pré-sal e de toda a região Sudeste. A expectativa é que os aportes das duas empresas gerem cerca de 2.000 empregos diretos e indiretos. Atualmente, o complexo do Açú reúne aproximadamente 7.000 trabalhadores.

A área da OSX Brasil hoje tem como seu principal cliente, a Dome Services, empresa controlada pela GranIHC e pela Prumo, e que abriga companhias como a TechnipFMC, McDermott e Delp, prestadoras de serviços para a Petrobras e outros clientes da indústria offshore. No segundo semestre de 2021, o grupo Carboamérica/Minas Gusa também passou a fazer parte do complexo, com a implantação de uma base de logística e armazenagem na retroárea da OSX Brasil.

A OSX Brasil informou que, desde 2011, já investiu mais de US\$ 2,5 bilhões no Porto do Açu. Em nota, a empresa destacou que passou pelo processo de recuperação judicial, encerrado em 2020, e que vem cumprindo rigorosamente o acordado com seus credores, desenvolvendo novos negócios no Porto do Açu em conjunto com a Porto do Açu Operações S.A.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/05/2022

FORNECEDORES BUSCAM OPORTUNIDADES PARA MÓDULOS, SUBMARINOS E OUTROS SEGMENTOS

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 19 Mai 2022



Divulgação Abimaq

Membros das câmaras de equipamentos navais e offshore e de defesa e segurança da Abimaq visitaram instalações da Nuclep, Prosub e Brasfels e discutiram contribuições para aumento de conteúdo local dos projetos.

Representantes de fornecedores de navipeças e da base industrial de defesa intensificaram, nas últimas semanas, a agenda com potenciais clientes em novos projetos. No final de abril, membros das câmaras setoriais de equipamentos navais, offshore e onshore (CSENO) e de Defesa e Segurança (CSDS) da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) foram recebidos nas instalações da Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep) e do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), em Itaguaí (RJ), e no estaleiro BrasFels, em Angra dos Reis (RJ). O objetivo foi conhecer e discutir estruturas, capacidades produtivas, demandas e estreitamento de relacionamento comercial.

Em Angra, os fornecedores buscaram aproximação a fim de mostrar de que forma as associadas da Abimaq podem suprir necessidades nos projetos em carteira, que tem a módulos da FPSO P-78 (Petrobras) e da FPSO Almirante Tamandaré (SBM), além do projeto da P-80 que está no radar. As unidades serão instaladas no campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos. "O estaleiro tem uma carteira gigantesca de oportunidades e o objetivo foi que a Abimaq pudesse se aproximar e estar à disposição para ajudá-los a buscar empresas que atuem no Brasil e que possam suprir as demandas dos projetos", disse o presidente da CSENO, Bruno Galhardo, à Portos e Navios.

O grupo também visitou a base da Marinha em Itaguaí, onde estão sendo construídas as quatro unidades convencionais, de propulsão diesel-elétrica, do Prosub. Galhardo contou que, devido à parceria entre Brasil e França na transferência de tecnologias para os submarinos e ao estágio avançado do programa, existem poucas oportunidades. Os fornecedores, porém, pretendem voltar a se reunir com representantes da Marinha para discutir se existem itens que possam aumentar o conteúdo local do programa.

Os fornecedores da Abimaq também saíram satisfeitos da visita à Nuclep, que é associada da CSENO, e que possui um portfólio que atende projetos em diferentes segmentos da indústria. Na ocasião, o presidente da CSDS/Abimaq, Arthur de Almeida, destacou que a Nuclep é uma empresa capacitada e equipada para atender demandas estratégicas do país. Já a gerente de inteligência competitiva da Nuclep, Tatiane Oliveira, disse que o encontro representou uma aproximação com empresas importantes do setor industrial.

A visita contou com apresentações sobre as instalações e visita ao parque fabril. "Vimos a diversificação de produtos que eles estão fazendo [na Nuclep]. Hoje, eles fabricam torres de transmissão de energia e têm um pacote de alguns equipamentos para [a usina nuclear de] Angra

3. Existem oportunidades para alguns associados, principalmente para venda de aço e insumos”, analisou Galhardo, da CSENO.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 20/05/2022

PECÉM ADERE A COMPROMISSO DO PORTO DE ROTERDÃ PARA ENTREGA DE HIDROGÊNIO VERDE

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 19 Mai 2022



Divulgação

Complexo portuário e industrial brasileiro tem planos de iniciar produção do H2V em 2025, atingindo 1,3 milhão de toneladas em 2030, com foco inicial em exportação e potencial de uma demanda local futuramente.

Representantes do Complexo do Pecém assinaram, na última semana, uma carta que foi enviada à Comissão Europeia, em que o Porto de Roterdã firmou o compromisso de entregar 4,6 milhões de toneladas de hidrogênio verde (H2V) até 2030, a fim de contribuir com o abastecimento energético por meio de fonte limpa em países do velho continente. O documento foi assinado durante a World Hydrogen 2022, em Roterdã, e tem a adesão de 70 empresas do setor e países exportadores. O complexo portuário e industrial brasileiro tem planos de iniciar a produção do hidrogênio verde em 2025, atingindo um volume de 1,3 milhão de toneladas de H2V em 2030.

A administração destacou que, até o momento, Pecém foi o único porto do Brasil a assinar o documento com outras empresas do mundo inteiro para a comunidade europeia. A gestão do complexo considera que Pecém tem liderado esse debate no setor portuário brasileiro, por meio de acordos e negociações do H2V, com foco na instalação de um hub em suas instalações. O complexo mantém tratativas com grandes players globais do mercado de energia, como AES, Casa dos Ventos, EDP, Engie, Fortescue, Qair, Total Eren e Transhydrogen Alliance.

“A ideia é construir uma visão de cadeia de valor, que consiste em fazer a produção do hidrogênio verde e convertê-lo em amônia verde dentro da zona de processamento de exportação (ZPE) de Pecém”, contou à Portos e Navios o presidente do Complexo do Pecém, Danilo Serpa. Ele adiantou que o fluxo inicial terá como foco a exportação, porém existe um potencial de fluxo local no futuro.

Serpa disse que a participação de Pecém no evento ‘World Hydrogen 2022’, um dos maiores eventos de hidrogênio verde do mundo, foi uma oportunidade para compreender melhor e dialogar com os principais atores da cadeia total do hidrogênio. “Trocamos conhecimento com as diversas tecnologias de eletrolisadores podendo até visitar empresas que fabricam esses equipamentos, conhecendo as tecnologias alcalina e PEM (membrana de troca de prótons)”, detalhou.

O presidente do complexo acrescentou que houve conversas com parceiros que fazem a produção de combustíveis sintéticos, a partir do hidrogênio verde. “Nosso pensamento é considerar novos mercados para atração de investimentos para Pecém nessa cadeia logística. Além do H2V e da amônia verde, também temos a possibilidade de produção de combustíveis sintéticos aqui”, afirmou.

Os participantes também discutiram questões de infraestrutura, transporte e logística relacionados ao hidrogênio verde, como o ‘corredor Delta’, partindo do Porto de Roterdã para a Alemanha, e abordaram temas como o ‘amonioduto’ que será desenvolvido para conectar a ZPE Ceará ao terminal de tancagem do Porto do Pecém. Serpa observa um grande potencial no Complexo do

Pecém para o desenvolvimento da cadeia de produção, distribuição, armazenagem e transporte do hidrogênio verde. Ele considera que a ZPE é um instrumento para negócios voltados à exportação, tendo em vista os incentivos fiscais, cambiais e administrativos oferecidos nessa zona.

Serpa elencou como diferenciais de Pecém fatores como a infraestrutura portuária com capacidade e calado operacionais adequados às operações de H2V, a rede elétrica robusta com linhas de transmissão compatíveis com as demandas das usinas de eletrólise, além de uma rede de distribuição de gás que conecta o complexo, desde o terminal portuário (pier 2) até as áreas industriais. Essa rede, segundo Serpa, poderá ser utilizada para o transporte de H2V entre as áreas de produção e consumo industrial. O Complexo do Pecém é uma joint venture formada pelo governo do Ceará e pelo Porto de Roterdã.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/05/2022

WÄRTSILÄ CONCLUI ENTREGA DE 15 SISTEMAS DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL GLP

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 19 Mai 2022



A Wärtsilä concluiu com sucesso a entrega de seu Sistema de Fornecimento de Combustível de GLP (LFSS) para 15 navios Very Large Gas Carrier (VLGC) pertencentes e operados pela BW LPG. A empresa listada em Oslo é líder mundial no transporte de gás liquefeito de petróleo (GLP) e possui a maior frota mundial de navios VLGC.

A BW LPG encomendou os primeiros quatro desses 15 sistemas em 2018, imediatamente após o teste em grande escala da Wärtsilä de um motor marítimo de 2

tempos de tamanho normal operando com combustível GLP. Este foi o primeiro protocolo de teste do mundo, e o desempenho alcançado foi visto como superando as expectativas. Encomendas para mais 11 sistemas foram feitas em 2020.

O Wärtsilä LFSS é um facilitador para o uso de GLP como combustível marítimo ambientalmente sustentável. Ele atende aos limites de emissão da IMO sem a necessidade de sistemas depuradores de exaustão. Comparado ao óleo combustível pesado (HFO), o GLP reduz as emissões de óxido de enxofre (SOx) em 97%, as emissões de óxido nitroso (NOx) em aproximadamente 20%, as emissões de gases de efeito estufa em aproximadamente 24% e as emissões de material particulado em 90%.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/05/2022

PORTO DO RECIFE INICIA MONITORAMENTO DO NÍVEL DE FUMAÇA PRETA EM CAMINHÕES

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 19 Mai 2022

Em parceria com o SEST/SENAT, o Porto do Recife iniciou nesta quarta-feira (18) o monitoramento do nível de fumaça preta nos caminhões que participam das operações portuárias. O projeto, que irá avaliar a qualidade do ar e traçar estratégias para mitigar este impacto, terá duração de um ano com uma inspeção por mês.

Além de saber o nível de emissão de fumaça, o caminhoneiro também poderá avaliar a rotação do veículo e o nível de consumo de combustível. Para realizar a vistoria, o motorista deve realizar um cadastramento com a documentação do veículo e quilometragem. O SEST/SENAT, que faz essa inspeção em todo o Brasil, disponibilizou um técnico em gestão ambiental e os equipamentos

necessários. “Para esse tipo de inspeção, nós utilizamos um tacômetro, que avalia a bateria do veículo e o opacímetro, o qual é acoplado ao cano de escape e mede os níveis de fumaça e combustível”, explica Edécio Nogueira, técnico de gestão ambiental do SEST/SENAT.

“A medição dos níveis de fumaça também é importante para fiscalizar se os veículos estão dentro dos parâmetros do CONAMA e se estão respeitando as normativas do IBAMA. Por sermos um porto-cidade temos a responsabilidade de nos preocuparmos com a qualidade do ar. Com esse monitoramento poderemos avaliar a qualidade dos caminhões que estão circulando no ancoradouro, como também acompanhar o nível de emissão de fumaça e a partir disso desenvolver planos para diminuir esses impactos”, explica Ana Paula Gondra, assessora técnica da Coordenadoria de Gestão Ambiental e Segurança do Trabalho do Porto.

O primeiro dia de inspeção avaliou 14 caminhões, desses 12 foram aprovados, um foi rejeitado e um foi reprovado. “A princípio é uma campanha educativa para nós avaliarmos, dentro de um ano, como está a emissão por fumaça preta nas operações portuárias. Estamos oferecendo aos motoristas uma inspeção, que normalmente é paga, de forma totalmente gratuita”, reforça José Lindoso, presidente do ancoradouro.

Após a avaliação, o motorista recebe um laudo, pelo email ou celular, e um selo de aprovado com validade de um ano. “Essa ação é importante porque permite que os caminhoneiros conheçam esse tipo de inspeção veicular. Muitas empresas solicitam esse laudo aos motoristas, para avaliar se o transporte está dentro dos parâmetros e se estão prezando pela questão ambiental. Ser aprovado na inspeção significa também que eles podem ampliar o leque de serviços”, afirma Ana Paula.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 20/05/2022*

PORTOS DO PARANÁ DEVEM RECEBER CERCA DE R\$ 2,3 BILHÕES EM INVESTIMENTOS NOS PRÓXIMOS DOIS ANOS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 19 Mai 2022



Porto de Paranaguá - Ascom Portos do Paraná - foto Flavio Berger/Fotoimagem

Os portos do Paraná preveem receber, nos próximos dois anos, cerca de R\$ 2,3 bilhões em obras. Além dos investimentos que chegam com a atração de novos negócios, o governo do estado, através da empresa pública que administra os terminais de Paranaguá e Antonina, vai aplicar R\$ 678 milhões até 2024.

De 2019 até 2021, foram aplicados mais de R\$ 437 milhões nos portos paranaenses. Neste ano, as obras em andamento já somam R\$ 77,67 milhões, em recursos próprios. O investimento previsto para os projetos futuros inclui, além dos recursos públicos, cerca de R\$ 1,61 bilhão da iniciativa privada, decorrentes de novos contratos de arrendamentos de áreas.

Entre esses, está o estudo de modelagem e a execução das obras de otimização do Corredor de Exportação Leste do Porto de Paranaguá, incluindo a construção (em duas etapas) do Píer em “T”, com quatro novos berços para o escoamento dos granéis vegetais.

O projeto básico já foi finalizado e prevê capacidade de embarque de 32 mil toneladas, por hora, em oito linhas integradas.

Também do lado leste do cais, o “Moegão” vai centralizar as descargas ferroviárias e receber até 180 vagões simultâneos, em três linhas independentes e 11 terminais interligados.

O investimento externo, estimado para essa etapa, é de cerca de R\$ 514 milhões, para a implantação das obras civis, eletromecânicas, ferroviárias e rodoviárias de todo o complexo. Em recursos próprios, serão quase R\$ 500 milhões.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/05/2022

PORTO DE ITAGUAÍ TERÁ NOVO TERMINAL DE MINÉRIO DE FERRO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 19 Mai 2022



Projeto é prioritário no Ministério da Infraestrutura e leilão deve acontecer no 1º trimestre de 2023

A Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) anunciou um projeto que visa a implantação de mais um terminal para exportação de granel sólido mineral no Porto de Itaguai. O novo empreendimento, que será implantado em uma área de 312.514m², vai receber investimentos na ordem de R\$ 3 bilhões e aumentar a capacidade de escoamento de minério de ferro pelo porto em cerca de 30

milhões de toneladas por ano.

Nos últimos dias 11 e 12 de maio, diretores e gestores da autoridade portuária acompanharam a visita realizada pela equipe técnica do Ministério da Infraestrutura (MInfra) e da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), que está realizando um estudo referente ao futuro arrendamento denominado ITG-02, conhecido como 'área do meio', com término previsto neste 1º semestre.

O gerente de Estruturação de Projetos da EPL, Fernando de Castilho, explicou que "o estudo avalia a dinâmica do mercado da região e analisa a capacidade instalada para armazenagem e movimentação de cargas no complexo portuário". Castilho ressaltou que "o trabalho também apresentará o potencial de demanda do terminal e as soluções de engenharia necessárias para o empreendimento, além da modelagem econômico-financeira".

A Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA/MInfra) tem conduzido o projeto como prioritário, segundo o coordenador-geral de Modelagem de Arrendamentos Portuários da SNPTA, Alessandro Marques: "Existe uma expectativa de que, ainda no 1º semestre de 2022, o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos qualificará o projeto ITG-02 como prioridade nacional".

Considerando as diversas etapas que devem ser cumpridas pelo MInfra para o arrendamento de uma instalação portuária, a exemplo da realização de consulta e audiências públicas e análise do projeto pelo Tribunal de Contas da União (TCU), Alessandro Marques informou que a meta da SNPTA é publicar o Edital de Licitação no último bimestre deste ano, com realização do leilão no 1º trimestre de 2023. Já o início das operações está previsto para 2028.

Expectativas de sucesso

De acordo com o diretor-presidente da Docas do Rio, Francisco Antonio de Magalhães Laranjeira, "o novo terminal será mais uma opção para o escoamento do minério da área de influência do Porto de Itaguai, aumentando a capacidade e a atratividade do complexo portuário, e vai ampliar a competitividade brasileira no comércio exterior, gerar empregos para a região e melhorar a situação econômica, com mais receitas tanto para a companhia como para o estado do Rio de Janeiro".

O coordenador-geral de Modelagem de Arrendamentos Portuários, Alessandro Marques, destacou que "o Brasil é o segundo maior produtor de minério de ferro do mundo — atrás apenas da Austrália — e o minério de ferro é o segundo produto mais exportado pelo Brasil, depois do



complexo da soja”. E completou: “Considerando a importância das exportações de minério de ferro para o comércio exterior brasileiro, que devem continuar performando bons números nas próximas décadas, e considerando a infraestrutura de acesso, tanto ferroviário quanto aquaviário, e a disponibilidade de área do Porto de Itaguaí, o projeto do ITG-02 constitui grande relevância para todo o país”.

Para o diretor de Negócios e Sustentabilidade da Docas do Rio, Jean Paulo Castro e Silva, “este projeto de um novo grande terminal de minério em Itaguaí demonstra a importância desse porto para o escoamento da produção do Quadrilátero Ferrífero e o consolidará como o principal complexo portuário do país na exportação de uma das mais importantes ‘commodities’ do nosso comércio exterior”.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/05/2022



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006